



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX Nº 61, SEXTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2025

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (S/Partido-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)**Danilo Augusto Barboza de Aguiar**
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**
Diretora da Secretaria de Atas e Diários**Paulo Max Cavalcante da Silva**
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários**Ilana Trombka**
Diretora-Geral do Senado Federal**Quésia de Farias Cunha**
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar**Gleison Carneiro Gomes**
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen**Celso Dias dos Santos**
Diretor da Secretaria de Expediente

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 25ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 24 DE ABRIL DE 2025

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
Senador Eduardo Girão – Indignação com as denúncias de corrupção apresentadas contra a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e anúncio de requerimento apresentado por S. Exa., aguardando a assinatura dos demais pares, para a criação de uma CPI que investigue a situação. Necessidade de apurar possíveis conflitos de interesses envolvendo o Ministro do STF Gilmar Mendes e essa instituição.	7
Senador Veneziano Vital do Rêgo – Pesar pelo falecimento do Papa Francisco e homenagens ao legado deixado pelo pontífice.	10
Senador Izalci Lucas – Cobrança de apuração sobre os descontos irregulares nas aposentadorias dos segurados do INSS, destacando o papel da Comissão Mista da Medida Provisória nº 871/2019 na prevenção de fraudes. Insatisfação com a atual gestão das empresas estatais pelo Governo Federal.	11
Senadora Dra. Eudócia – Relato dos resultados da missão oficial de S.Exa. à República Popular da China, em especial na área de inovação tecnológica em saúde. Convite para participação na Sessão de Debates Temáticos, no dia 30 de abril de 2025, sobre os avanços no tratamento contra o câncer. ..	14
Senador Randolfe Rodrigues, como Líder – Homenagem ao Papa Francisco, com destaque para seu legado humanitário, compromisso com a justiça social, promoção da paz e preservação ambiental.	18
Senador Plínio Valério – Críticas à atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em virtude da criação de novas áreas de proteção ambiental. Considerações sobre a suposta inversão de valores em curso no país.	20
Senador Cleitinho – Indignação com altos salários e privilégios de autoridades dos três Poderes, especialmente do Judiciário. Apoio à proposta de aumento no número de beneficiários da tarifa social de energia elétrica. Proposta de criação de CPMI destinada a investigar as fraudes noticiadas, no âmbito do INSS, relativas a descontos indevidos em contracheques de aposentados.	23
Senador Styvenson Valentim – Defesa da aprovação da PEC nº 37/2022, que inclui as guardas municipais e os agentes de trânsito entre os órgãos que compõem a segurança pública, com emenda de autoria de S. Exa., que ainda aguarda o número de assinaturas necessárias, para garantir de forma explícita o poder de polícia desses servidores.	27

1.2.2 – Convocação de Sessão



Convocação de sessão não deliberativa extraordinária para 25 de abril, às 10 horas.	30
1.3 – ENCERRAMENTO	30
1.4 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO	31

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Abertura de Prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Educação e Cultura, ao Projeto de Lei nº 5030/2023.	33
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aos Projetos de Lei nºs 979 e 984/2025.	34
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.1.2 – Comunicações

Da Senadora Margareth Buzetti, que comunica a ausência de S. Exa. do País no período de 3 a 8 de maio (Ofício nº 433/2025).	36
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Da Senadora Daniella Ribeiro, de filiação partidária de S. Exa. ao Partido Progressistas (Ofício nº 27/2025).	37
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 18/2025).	38
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia, de indicação de membro para integrar a Comissão de Meio Ambiente (Ofício nº 19/2025).	39
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.1.3 – Deferimento

Deferimento dos Requerimentos nºs 189 e 191/2025-CDIR.	41
-------------------------------------------------------------	----

2.1.4 – Projetos de Lei

Nº 1835/2025, do Senador Dr. Hiran, que <i>altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionaliza o crédito rural, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, para prever que a decisão administrativa que constatar o descumprimento de obrigações ambientais no imóvel rural durante a vigência do financiamento somente implicará a desclassificação da operação de crédito rural e o vencimento antecipado da dívida após a apreciação dos recursos administrativos cabíveis.</i>	43
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Nº 1836/2025, do Senador Dr. Hiran, que <i>altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 9.474, de 22 de julho de 1997, para restringir o acesso ao benefício de prestação continuada (BPC) por parte de solicitantes de refúgio antes da decisão definitiva sobre a solicitação, e para ampliar o acesso ao benefício às pessoas com deficiência.</i>	48
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Nº 1838/2025, do Senador Jaime Bagattoli, que <i>altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que “Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no</i>	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--



<i>Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”</i>	53
-----------------------------------------------------------------	----

Nº 1857/2025, do Senador Giordano, que <i>altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para condicionar a exportação de metais recicláveis e sucata metálica listados, ao atendimento da demanda do mercado interno</i>	59
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.1.5 – Requerimentos

Nº 312/2025, do Senador Jaime Bagattoli, requer informações ao Senhor Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, sobre a doação da empresa Vale de 33 mil hectares ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST para realizar a reforma agrária por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.	68
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Nº 313/2025, do Senador Dr. Hiran, requer a oitiva da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o Projeto de Lei nº 1600/2025.	74
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Nº 314/2025, do Senador Zequinha Marinho, requer voto de aplauso à CGADB – Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, pela realização da 47ª AGO – Assembleia Geral Ordinária, no período de 18 a 21 de abril do ano em curso.	76
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Nº 315/2025, do Senador Zequinha Marinho, requer voto de aplauso ao Sr. Océlio Nauar, pela posse como novo presidente da Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Estado do Pará (COMIEADEPA).	80
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Nº 316/2025, do Senador Beto Faro e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o pontificado de Sua Santidade o Papa Francisco, com especial ênfase à sua luta incansável em defesa da paz, dos pobres e marginalizados, e pelos cuidados com a casa comum que gerou a encíclica “Laudato Si” traduzida em importante contribuição para a agenda ambiental e climática do planeta, que encontra importante desdobramento na realização da COP 30, marcada para novembro deste ano, na cidade de Belém do Pará.	84
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Nº 317/2025, do Senador Giordano, requer a retirada definitiva do Projeto de Lei nº 1.657/2025. ...	88
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	----

<i>Deferimento do Requerimento nº 317/2025</i>	90
------------------------------------------------------	----

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	91
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	94
5 – LIDERANÇAS	95
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	98
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	103
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	106
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	147



Ata da 25ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 24 de abril de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Styvenson Valentim e Plínio Valério.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 5 minutos e encerra-se às 12 horas e 44 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

A presente sessão deliberativa extraordinária é destinada à apreciação das seguintes matérias, já disponibilizadas em avulso eletrônico na Ordem do Dia de hoje:

- Projeto de Lei nº 1.769, de 2019, do Senador Zequinha Marinho;
- Projeto de Lei nº 2.199, de 2022, do Deputado Aureo Ribeiro;
- Projeto de Lei nº 2.875, de 2019, da Deputada Tereza Nelma.

Passamos aos oradores inscritos, que terão um prazo de dez minutos para o uso da palavra.

Iniciamos com o Senador Eduardo Girão, que já ocupa a tribuna.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu querido irmão, Senador Styvenson Valentim, do Estado do Rio Grande do Norte; Veneziano Vital do Rêgo, da Paraíba – muito obrigado por fazer a permuta aqui comigo –; Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal.

Queria saudar a todos os presentes aqui, Senadoras, Senadores, funcionários da Casa, assessores, brasileiras, brasileiros que estão nos assistindo pelo trabalho das equipes da Rádio Senado, da Agência Senado e da TV Senado.

Antes de iniciar meu pronunciamento, eu queria fazer uma saudação especial ao nosso amigo Pastor Costa Neto, que está aqui, da Videira, um trabalho fantástico lá no Estado do Ceará, no Rio Grande do Norte, em São Paulo e em outros estados brasileiros; trabalho de evangelização, trabalho social imenso com crianças, profissionalização, com senhoras; um trabalho que eu fico muito feliz de poder, de alguma forma, colocando um tijolinho, ajudar – não eu diretamente, mas pela destinação prevista na Constituição que o Senado fez. E eu fico muito feliz com a sua presença, Pastor, aqui no Plenário do Senado Federal.

Mas eu queria hoje, Presidente, falar mais uma vez – “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. Nada na vida da gente é por acaso –, que eu tenho uma passagem pelo futebol brasileiro e estou escandalizado com o que nós estamos vendo, os brasileiros, sobre a CBF (Confederação Brasileira de Futebol).

Eu estou com um pedido de CPI já aí rodando. Peço aos colegas Senadores, aos que não assinaram ainda, que, por favor, assinem, porque nós temos o dever moral de ir a fundo nesse tema, depois de tantas denúncias, com documentos – já pedi outros também. É algo que deixa totalmente na lama o esporte nacional, o esporte preferido pelos brasileiros. Não é por acaso também que nós somos chamados de “pátria de chuteiras”, única nação a conquistar a taça de pentacampeã do mundo.

Apesar de o futebol ser a grande paixão esportiva do brasileiro, nosso último título foi em 2002, ou seja, há 23 anos – parece que foi ontem, quão marcante foi, mas foi há 23 anos. Mas há, pelo menos, duas causas para essa decadência de tantos anos sem título, porque a bola não entra por acaso. Hoje, até sem técnico nós estamos.

E tem algo que eu já aprendi como Presidente do Fortaleza: que, quando, administrativamente... É a lei da sementeira, da causa e efeito, da ação e da reação. O que você planta você colhe. Então, se você não planta respeito, não planta ética, alguma coisa ruim você vai ter que colher, faz parte, e eu vejo que essa decadência, em primeiro lugar, é o câncer da corrupção, que atingiu níveis de metástase no Brasil.

Em segundo lugar, a explosão das apostas esportivas e seus esquemas de manipulação de resultados, apesar de ser um fato mais recente, tem um poder avassalador essa questão das *bets*, não apenas sobre



o futebol, mas atinge diretamente milhões, dezenas de milhões de famílias, que já estão, muitas delas, destruídas por causa do vício no jogo, no jogo de azar. O nome está dizendo: jogo de azar.

A situação está tão séria nessa questão da jogatina, que chegou a ponto de nós termos, neste ano, já duas CPIs. Uma nós estamos tendo, o Senador Izalci participa, CPI das Bets; de outra eu participei, como Vice-Presidente, da CPI da Manipulação de Apostas, que é algo que...

Você não sabe hoje se está assistindo a um futebol ou a um teatro, tudo combinado ali. E é o advento das apostas que potencializou essas aberrações, que estão matando a galinha dos ovos de ouro do futebol brasileiro, que é um grande patrimônio nosso.

Mas, Sr. Presidente, uma dessas CPIs é para investigar a manipulação de resultados que nós tivemos, foi a explosão de apostas que gerou um ambiente favorável à corrupção.

Dentre tantos jogadores já indiciados e condenados no mundo todo, chegou a ponto de envolver até atletas da seleção brasileira, como foi o caso de Lucas Paquetá e do Bruno Henrique, a respeito dos quais que nós aprovamos requerimentos – meus, inclusive – na CPI, e não foram chamados.

A CPI acabou com essa falha, dentre tantas outras, como um Deputado que teria cobrado 35 milhões em propina para avançar, aprovar esse projeto, que, coincidentemente, foi aprovado, o das *bets*, e não foi chamado para a CPI, apesar do requerimento meu.

E esses jogadores, mesmo com requerimento aprovado, não foram chamados. E a CBF, já mostrando as más intenções, manteve esse atleta Lucas Paquetá na concentração durante a Copa América – olha a que nível nós chegamos! –, com todos os indícios na Inglaterra mostrando o envolvimento do jogador – mas a CBF passou pano.

Há outra CPI específica para investigar a praga das *bets*. Está tudo completamente relacionado. E não adianta só apurar seus abusos. Já passou da hora de esta Casa proibir, pelo menos, as terríveis propagandas enganosas que promovem um vício que está devastando famílias inteiras.

Inclusive, tem projeto meu para acabar com a questão. Como não se pode fazer propaganda de cigarro, pelo menos na *bet* imediatamente não poderia. Se tivermos um pingão de dignidade, temos o dever de aprovar, por unanimidade, para barrar essas propagandas.

Deveria acabar com o jogo, acabar com essas casas de apostas, que já estão dando um endividamento em massa, um problema grave.

Não podemos esquecer o caso do Deputado Felipe Carreras, da base do Governo, que teria pedido R\$35 milhões de propina para blindar os interesses gananciosos dos jogos de azar, dessas casas de apostas. Inclusive, eu denunciei na PGR, está lá.

Sr. Gonet, cadê o retorno com relação a essa denúncia?

Mas os problemas relacionados ao mundo do futebol não param por aí. Eu quero aqui ressaltar as principais razões que me levaram a iniciar a coleta de assinaturas para uma nova CPI investigar as graves denúncias de desvios na CBF.

Além de tudo que já foi exposto, inclusive por mim nesta tribuna e na matéria de jornalismo investigativo de nove páginas pela *Revista Piauí*, tem um fato adicional que aumenta ainda mais o escândalo: o Presidente Ednaldo Rodrigues, a presidência dele vem sendo marcada por desvios de toda ordem.

Depois de passar por um TAC, um termo de ajustamento de conduta do Ministério Público, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu pelo seu afastamento da presidência da confederação. Mas a questão chegou aonde? Aonde? Ao STF. O que tem a ver? Zero! Mas chegou ao STF – daqui a pouco, briga de condomínio vai chegar ao STF –, em forma de um pedido de liminar feito pelo PCdoB.

Atenção, Senador Plínio Valério: por sorteio, o processo foi destinado ao Ministro André Mendonça, que, em dezembro de 2023, negou completamente o pedido de liminar a favor de Ednaldo.



Parabéns, Ministro André Mendonça. Temos que ressaltar que ele foi coerente.

Mas, pasmem, senhoras e senhores: um ano depois, em 2024, foi feito um recurso para reanálise do pedido da liminar. E, pelo Regimento Interno do STF...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... nesses casos, a questão é encaminhada para o mesmo ministro.

Sempre foi assim, todo dia é assim, a gente vê: negou a liminar, deu a liminar, qualquer coisa que chegue a respeito vai para o mesmo ministro.

Mas não. E eu quero dizer aqui, por uma razão muito óbvia de economia processual... Que tramita no Supremo cerca de 20 mil processos. Mas, dessa vez, não foi para o mesmo ministro.

O que é que fez o Presidente Luís Roberto Barroso? Ele, Luís Roberto Barroso, que estava um dia desse cantando aí, enquanto o Brasil pega fogo, ele fazendo *karaoke*, no Brasil, rindo, debochando da nossa cara – é isso que transparece.

Eu quero ver, Senador Plínio... Ele está indo, agora, nessa comitiva com o Lula, lá para Roma, para a despedida do Papa... Eu quero saber se o líder religioso que ele vai homenagear, que ele está lá, se vai falar sobre os presos políticos.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Como é a cara que chega dos presos políticos do STF que o Brasil tem para um evento religioso como esse? Olha a incoerência.

Para encerrar, Sr. Presidente: assim como foi um dos protagonistas da aberração jurídica que, em 2022, permitiu a saída de Lula da cadeia para ser novamente Presidente do Brasil, Barroso promoveu agora outro malabarismo, para que a liminar da CBF pudesse ser julgada por Gilmar Mendes, quando deveria voltar para André Mendonça, que inclusive, durante a sessão em plenário, declarou que a CBF não resiste a uma investigação.

André Mendonça disse isto: “CBF não resiste a uma investigação”. Olha a gravidade do que está acontecendo!

Gilmar concedeu a liminar. Esse, talvez, seja um dos casos mais vergonhosos de conflito explícito de interesse, que exigiria a sua óbvia suspeição.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso porque foi justamente no meio de toda essa crise com Ednaldo Rodrigues que a CBF promoveu um “generoso” – entre aspas – contrato com o IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), no valor de R\$10 milhões.

Ocorre que um dos fundadores do IDP é o próprio Ministro Gilmar Mendes, e a instituição é atualmente dirigida simplesmente por seu filho.

Diante disso, de todas as denúncias de que já tratei recentemente, aqui desta tribuna, é que urge aprovarmos a instalação de uma CPI, pois existem claras violações do art. 50 do Código Civil, da Lei 8.429, de 1992, de improbidade administrativa.

Além disso, são muitas as infrações trabalhistas e constante abuso de poder econômico, ferindo a Lei 1.259, de 2011.

Um minuto mais, Sr. Presidente, eu prometo. E peço desculpas já aos colegas por ter me excedido



aqui. Eu me perdi, porque é um assunto que me toca profundamente na alma – eu me perdi com relação ao tempo.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, Sr. Presidente, precisamos fazer a nossa parte para o restabelecimento da dignidade da vida pública.

Encerro com um profundo pensamento nos deixado há mais de 2,5 mil anos por Confúcio. Não é o nosso Senador Confúcio, também de muita sabedoria, que nós temos aqui, a gente sabe, mas Confúcio, há 2,5 mil anos, dizia o seguinte: “Antes de mais nada, é preciso cuidar do aperfeiçoamento da alma. Isso é conseguido quando o coração busca a verdade e trabalha por sua integridade”.

Que Deus abençoe a nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos que nos assistiram e nos ouviram até agora.

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Bom voo, Senador Eduardo Girão.

Ocupa a tribuna agora o Senador Veneziano, nosso paraibano; na sequência, Plínio Valério e Izalci Lucas.

A Dra. Eudócia está aqui? *(Pausa.)*

Não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discursar.) – Sr. Presidente, as minhas saudações a V. Exa., que preside a nossa sessão desta quinta-feira.

Os meus cumprimentos são extensivos às presenças dos nossos companheiros, Senador Eduardo Girão, que concluiu a sua passagem nesta tribuna, ao Senador Izalci Lucas, ao Senador Plínio Valério e a outros companheiros que, decerto, estão se dirigindo a este Plenário.

Presidente, breve será a minha passagem, mas eu não poderia, nesta semana, deixar de fazer as devidas, necessárias, plena e amplamente justificadas homenagens a um grande ser humano, a um grande cidadão e, acima de tudo, a um grande cristão, na acepção, no entendimento que nós queremos traduzir. Decerto não temos as condições para dimensionar a grandeza que foi a passagem em terra da vida do Papa Francisco, Jorge Mario Bergoglio, cidadão diferenciado não apenas nas palavras, mas, acima de tudo, nas atitudes. As palavras valem muito, sim, mas muito mais do que elas, os gestos, as atitudes, as práticas falam e reverberam muito mais.

O pontificado de quase 13 anos do Papa Francisco mostrou muito a todos nós. Não tenho dúvidas de que ele influenciou, de que encontrou muitos ouvidos abertos, muitas mentes arejadas para acolher, nas suas mensagens, ensinamentos, conceitos de novas posturas, de novos comportamentos. Pode ter encontrado, sim, ouvidos não abertos, não dispostos a acolher essas próprias mensagens cristãs, mas tenho certeza...

Aqui está uma pessoa que teve a oportunidade, nas vezes – e foram muitas essas falas – em que assistimos a essas exposições nas próprias visitas, que muito nos honraram, do Santo Padre no nosso território nacional, de ver aquilo que, em síntese, mostrou o que era, o que foi o seu pontificado.

Cidadão simples na acepção plena, cidadão humilde, que demonstrou isso exatamente desde o primeiro dia em que foi erigido à condição de condutor da Igreja Católica, ele é um cidadão que se despede da mesma forma como pontuou essa trajetória de 12 anos à frente do papado, como chefe do Vaticano. E isso diz muito.

Num mundo, Senador Plínio, conflagrado, tomado de atitudes odiosas, de ressentimentos de muitos lados, num mundo onde guerras persistem, sendo alimentadas pelo desejo, pelos propósitos insanos de



celerados que continuam a utilizá-las como instrumentos de domínio, de imposição, de sujeição de povos a outros povos, a mensagem do Papa Francisco sempre foi pelo fim das guerras, pelo equilíbrio, pela moderação, pelo diálogo, pela compaixão, pelo respeito ao outro, pelo reconhecimento às necessidades que muitos milhões de cidadãos espalhados pelos nossos continentes passam em meio às vicissitudes das suas existências.

Fará muita falta. Fará, sim, muita falta a presença sempre tranquila, sempre equilibrada, mas sem perder a firmeza, a firmeza com a qual ele conduziu a Igreja Católica, colocando-a de uma maneira diferente, como um próprio – e não haveríamos de exagerar – revolucionário, porque ele abriu a Igreja Católica a novos conceitos.

Ele não se permitiria mais que deixássemos de ter, como tivemos secularmente, uma igreja avessa, olhando enviesadamente as participações de todos. Foi dessa forma que ele acolheu junto a ela, a Igreja Católica, a presença de tantos que foram, durante muitos anos de existência humana, tratados de forma preconceituosa, de forma inconcebível. Eu me refiro aos grupos mais minoritários, cidadãos e cidadãs que em muitos países sofrem na pele por força das suas opiniões, por força das suas orientações. E o Papa Francisco demonstrou exatamente ser diferente quando assumia, mesmo contra vozes conservadoras, a postura de quem acolhia, porque estava acolhendo um cidadão igual a ele próprio.

Então, são palavras de uma homenagem justa que o Senado fez e que faço agora na condição de quem reconheceu e de quem reconhece um legado. Tomara que, proximamente à escolha do novo Santo Padre, possamos ter continuados avanços, porque esse foi o próprio desejo expresso e explicitado do Papa Francisco, e não tenhamos retrocessos em novos posicionamentos que revejam as suas atitudes, que revejam as novas linhas até mesmo antidogmáticas que o Papa Francisco pôde produzir no seu pontificado de quase 13 anos.

Que Deus possa, e assim já o fez, acolhê-lo e que essa passagem seja refletida por todos nós em meio a ambientes que nós aqui repetimos no termo conflagrado entre nações! Sempre foi muito tranquilizadora a palavra, a mensagem que o Papa Francisco nos permitia levar.

As minhas mais sinceras, transparentes e efetivas homenagens, repito, a um grande ser humano, a um grande cristão, a um grande líder espiritual!

Muito obrigado, Presidente Styvenson Valentim.

Os meus cumprimentos a todos os nossos companheiros e minhas saudações a todos os senhores e senhoras que nos acompanham.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Nós é que agradecemos pelas palavras, Senador Veneziano.

Senador Izalci, dez minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, vou falar um pouco menos exatamente em função da minha voz, mas eu não poderia deixar de falar aqui sobre a questão do INSS.

Em 2019, eu fui o Relator, aliás, o Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória 871, de 2019. Nós recebemos 578 emendas ao projeto, e o projeto visava exatamente controlar essas questões da aposentadoria, da perícia... Nós conseguimos reduzir mais de 10 bilhões de fraudes na Previdência. Muitos aposentados apenas com uma declaração do sindicato rural. Então, havia várias fórmulas de aposentadoria ilegais que estavam sendo cometidas.

Aí, nós ajustamos a medida provisória. O INSS, naquele momento, 2019, ainda no Governo Bolsonaro, informatizou-se. Detectamos também, naquele momento, várias instituições que descontavam dos aposentados sem autorização. Essas associações mandavam a relação dos aposentados para a Previdência, para o INSS, e eles simplesmente repassavam às associações o valor descontado dos aposentados. Então,



foram bilhões que foram desviados. É evidente que a medida provisória, que virou lei, deu muito mais consistência em termos de controle, mas, quando você tem toda uma equipe de servidores envolvidos no processo, fica fácil realmente burlar, como foi feito agora, um rombo de mais de R\$6 bilhões.

É muito triste, porque você trabalha com pessoas vulneráveis, aposentados que muitas vezes, a maioria das vezes, recebem um salário mínimo, e essas instituições burlam e, agora, sem autorização dos associados, descontam em folha. Essas associações, que têm, evidentemente, uma ligação direta com o INSS, simplesmente encaminham uma relação para desconto, com o nome dos aposentados, de R\$30 a R\$80. A maioria dos aposentados não acompanha esse extrato, o detalhamento da remuneração, os descontos, e acaba sendo vítima de golpes como esse. Essas associações oferecem... dizem oferecer, aliás – dizem oferecer –, seguro, assistência jurídica, à parte, inclusive, esportiva, social, criam uma taxa e descontam, mandam para o INSS descontar da aposentadoria. É o que aconteceu.

Então, essas instituições terão que prestar contas com a assinatura... Inclusive, tem muita assinatura falsa, segundo a Polícia Federal. Portanto, nós precisamos apurar isso, de uma forma... não sei se por CPI, como nós vamos fazer, mas nós não podemos deixar esse desvio em aberto, sem maiores investigações. Evidentemente, isso só aconteceu com a conivência dos servidores do INSS.

O Presidente foi afastado, mas, de qualquer forma, o esquema não é apenas de uma pessoa. Há um esquema de Procuradoria, há um esquema de Diretor de Benefícios, evidentemente com autorização do Presidente. Então, temos que ver todo o complexo disso para a gente realmente fiscalizar e buscar devolver realmente aos aposentados os valores descontados indevidamente.

Essas instituições credenciadas pelo INSS... Além das associações, agora nós temos também muitas instituições que lançam no contracheque valores, adiantamentos de salário e que depois descontam dos beneficiários em 10 dias, 15 dias taxas de juros de 8%, 10%, além de uma taxa de administração. Então, são aberrações, coisas absurdas. E os aposentados normalmente não acompanham os detalhes do desconto. Cabe aqui a nós, Senadores, Congresso Nacional, apurar e fazer a defesa dos aposentados.

É inadmissível o que vem ocorrendo neste Governo: exatamente a mesma coisa que acontecia antes! Eu, que participei de todas as CPIs como Deputado... Eu participei da CPI da Petrobras, participei da CPI dos Fundos de Pensão, CPI da Lei Rouanet, CPI do Carf, CPI da covid... E ao que a gente assiste hoje, Senador Plínio, agradecendo a V. Exa... O que a gente percebe hoje é que eles estão fazendo as mesmas coisas com praticamente os mesmos atores.

Isso que aconteceu no INSS foi o que nós descobrimos em 2019, quando trabalhamos a Medida Provisória 871. Acontecia exatamente o que está acontecendo hoje. Nós evitamos mais de 10 bilhões, hoje já está chegando a 6 bilhões. Você vê os fundos de pensões do mesmo jeito. Está aí a Previ também com prejuízo imenso, também já com a CPI tramitando aqui no Congresso. Você vê os Correios: a mesma coisa, Correios quebrado, patrocinando, muita corrupção realmente. E nós já vimos esse filme antes, exatamente acontecendo da mesma forma e com os mesmos atores.

É triste, porque nós aprovamos, inclusive, a Lei das Estatais, proibindo realmente as indicações políticas, e, neste Governo, através de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, fizeram vista grossa à lei, mudaram a lei e colocaram as mesmas pessoas que não poderiam assumir nas empresas estatais do Governo. Está aí o rombo de todas elas.

A gente precisa apurar tudo isso. Eu sei que há envolvidos, pessoas envolvidas nesse esquema, o que não pode realmente passar em branco. Então, Presidente, essa questão do INSS merece uma atenção do Senado Federal, do Congresso Nacional, porque são pessoas simples, ganham uma miséria – a grande maioria. São mais de 30 milhões de aposentados que recebem basicamente o salário mínimo. De quem ganha acima do salário mínimo eles não descontaram isso, não. Normalmente de quem tem uma aposentadoria de R\$3 mil, R\$4 mil eles não descontam, porque as pessoas são mais esclarecidas e



acompanham melhor a sua remuneração. Eles usam exatamente aqueles mais simples...

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... as pessoas que normalmente não acompanham o dia a dia ou o contracheque.

Portanto, Sr. Presidente, o Senado precisa agir firmemente com relação a essa questão do INSS.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Eu que agradeço, Senador.

Antes de passar a palavra para o próximo orador, já que o Senador Randolfe está no Plenário, comunico que está aqui conosco o Prefeito Ary Duarte, lá de Vitória... *(Pausa.)*

Ah, do Laranjal, né? *(Pausa.)*

É Vitória?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Vitória do Jari.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Vitória do Jari. E o Vice-Prefeito Duilo. Não é isso, Vice-Prefeito?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. *Fora do microfone.*) – Vice-Prefeito Duilo.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – E a Secretária de Educação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – E o Secretário de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – ... Gleuma Ortega e o Secretário de Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Todos do Município de Vitória do Jari, no sul do Estado do Amapá, querido Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – É isso aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Muitíssimo obrigado pelo registro.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Seja bem-vindo, Senador, sentimos a sua falta.

E, agora, do meu estado – viu, Senador Randolfe? –, lá de Santana do Matos, terra de que eu gosto – e eu vou reformar o hospital de vocês todinho –, os Vereadores Airton Ovidio e Anderson Henrique. Sejam bem-vindos ao Senado Federal.

Dando continuidade às falas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, só me permita, então, fazer o devido registro.

Estão aqui, na galeria de honra do Plenário do Senado Federal, o Prefeito Ary Duarte, o Vice-Prefeito Duilo, o Secretário de Saúde Paulo Sergio, a Secretária de Educação Gleuma Ortega, o Chefe de Gabinete Gerson Caldeira, todos do Município de Vitória do Jari, um dos prósperos municípios do meu estado, meu querido Estado do Amapá, no sul, no extremo sul do estado – aliás, é o município mais ao sul do Estado do Amapá.

Tem uma castanha, Presidente, que é a melhor do mundo.



O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Eu sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – A castanha, inclusive, é da Amazônia e do Brasil, não tem nada de Pará – me desculpem os companheiros paraenses. É uma região produtora de castanha e produtora de um dos melhores peixes que existe em todo o mundo e que o senhor está convidado a conhecer, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Pelo menos a castanha trouxeram. A castanha está aí, já?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Não. A castanha é real, é real, é real. O Pará leva a fama, mas a castanha é nossa e é de Vitória do Jari.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Está bom, então.

Obrigado, Senador Randolfe.

Dando continuidade, convido a Senadora Dra. Eudócia, do PL, de Alagoas.

Senador Cleitinho, o senhor vai usar a palavra? (*Pausa.*)

Então, posso inscrevê-lo aqui. (*Pausa.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discursar.) – Sr. Presidente Styvenson Valentim, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, venho aqui relatar os resultados da missão oficial que realizei à República Popular da China com foco no fortalecimento da cooperação em saúde, ciência e tecnologia.

Aproveito a oportunidade para expressar meus sinceros agradecimentos ao Presidente Davi Alcolumbre pelo apoio institucional decisivo e ao Embaixador da China no Brasil, Sr. Zhu Qingqiao, pela valiosa colaboração diplomática que viabilizou essa importante agenda bilateral.

A missão iniciou-se na cidade de Pequim, capital do país, com uma audiência na Assembleia Popular Nacional da China. Fui recebida pelo Deputado Li Bin, do Comitê de Saúde, a quem apresentei o projeto de lei de minha autoria que institui o marco regulatório das vacinas contra o câncer no Brasil. Durante nosso encontro, destaquei a importância do Parlamento para ampliar os intercâmbios científicos, assegurando que nossos talentos profissionais tenham acesso às tecnologias mais avançadas, com os estudos científicos das vacinas através do RNA mensageiro contra diversos tipos de câncer.

Na sequência, visitei a Embaixada do Brasil em Pequim, onde o Embaixador Marcos Galvão, a Ministra Letícia Frazão e demais diplomatas me receberam. Nessa oportunidade, discutimos os avanços da parceria entre a China e o Brasil para o desenvolvimento dessas vacinas contra o câncer – uma agenda estratégica para nosso país.

Ainda na capital chinesa, visitei o Smart Hospital Templo do Céu, instituição pública reconhecida por sua excelência em inovação hospitalar. Fui recepcionada pelo Diretor Dr. Rui Li e sua equipe técnica. Esse hospital tem a capacidade de mil leitos e um quadro funcional de 8 mil colaboradores. Esse hospital inteligente é referência mundial em neurologia e neurocirurgia, e a sua estrutura física impressiona por sua arquitetura, onde um de seus edifícios reproduz a estrutura de neurônios com suas sinapses neurais, simbolizando sua especialidade médica.

Durante a visita, conheci soluções tecnológicas de ponta centradas no paciente, destacando-se o leito inteligente, com monitoramento contínuo que aciona automaticamente a equipe médica em situações críticas, seja ao detectar quedas do paciente ou imobilidade prolongada por mais de 30 minutos, prevenindo complicações significativas. Outro avanço notável foi o sistema automatizado de entrega de medicamentos, onde o próprio paciente insere sua receita na máquina e recebe seus medicamentos de forma automática.

Outro avanço tecnológico importante foi que eles produziram um *software* para elaboração de



prescrições médicas, onde o médico digita a medicação e o sistema aponta se esse determinado medicamento é seguro para o paciente, minimizando riscos de interações medicamentosas inadequadas e assegurando ao paciente o direito à medicação prescrita pelo médico, o que proporciona um tratamento mais seguro e eficaz.

Na infraestrutura operacional, o hospital integrou inteligência artificial, como robótica e gestão automatizada de estoques para otimizar processos clínicos e administrativos. Seu sistema de gerenciamento predial utiliza modelagem tridimensional, criando uma réplica virtual de toda a infraestrutura que permite monitoramento em tempo real de salas cirúrgicas, unidades de internação e equipamentos médicos, aumentando eficiência operacional e segurança assistencial. E todas as medicações dos pacientes hospitalizados são levadas aos diversos setores de enfermagem através de robôs – eles pegam esses medicamentos no estoque e transportam até a enfermagem, sob o comando da equipe de plantão, tudo através de inteligência artificial, otimizando o tempo da equipe de enfermagem.

Posteriormente, seguimos para o laboratório da Sinovac, empresa reconhecida pela produção da vacina de RNA mensageiro contra covid-19, durante a pandemia de covid-19. E descobriu-se, através de pesquisas científicas, que essa mesma tecnologia biomolecular pode ser empregada para combater as células oncológicas. Na oportunidade, fui recebida pelo Vice-Presidente Weining Meng, com quem discuti as possibilidades de cooperação técnica.

De Pequim, viajei para a cidade de Xiamen, importante polo industrial e portuário no sudoeste da China. Nessa localidade, visitei os laboratórios da Inovax para acompanhar a produção da vacina contra o HPV, que previne o câncer de colo de útero. Esse vírus, que é o papilomavírus humano, é responsável por cerca de 99% de câncer de colo de útero. Por isso vocês veem a importância de vacinarmos as nossas mulheres em fase sexualmente ativas, para que não venham a adquirir essa infecção e não venham posteriormente a desenvolver câncer do colo do útero.

Hoje existe disponível no sistema privado a vacina nonavalente contra o HPV, que tenho como objetivo levar para o SUS, porque o SUS só tem a vacina quadrivalente, que quer dizer que é uma vacina contra quatro sorotipos do vírus do HPV, e a nonavalente terá mais cinco sorotipos, dando cobertura vacinal maior e protegendo mais ainda as mulheres contra esse vírus, que pode levar, tem 99% de chances, uma enorme probabilidade de levar ao câncer de colo de útero. E tive a oportunidade de conhecer os avanços científicos para o desenvolvimento de uma nova versão da vacina, que abrangerá até 21 cepas do HPV, ampliando, dessa forma, a sua eficácia de proteção das mulheres contra esses sorotipos virais.

O Sr. Presidente, no início da sua fala, colocou que aqui tem um secretário ou secretária municipal de saúde, que vai entender, como todos que estão me assistindo, obviamente, a explanação que eu vou dar agora.

Lá na China, na Sinovac, nesse laboratório que eu visitei, eles já estão estudando, Senador Plínio, a possibilidade de produzir uma vacina contra 21 cepas do vírus do HPV, que é o papilomavírus, dessa forma, trazendo praticamente 100% de imunidade para as mulheres contra esse vírus. Aí seria falar praticamente da erradicação desse vírus na concomitância de infecção e câncer de colo de útero. Então, eles estão, lá na Sinovac, mais avançados do que o nosso país, porém, durante essa visita, conversei com o Presidente da Sinovac para termos essa transferência de biotecnologia aqui para o nosso país, através do Instituto Fiocruz e do Instituto Butantan.

A etapa final da missão oficial foi em Xangai, onde tive a honra de ser recebida pelo Cônsul-Geral, o Embaixador Augusto Pestana, e pelo Diplomata Lucas Lima...

(Soa a campanha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... que acompanhou a



nossa delegação nas atividades aos nossos hospitais inteligentes.

Em Xangai, visitei a empresa United Imaging, referência mundial em equipamentos de diagnóstico por imagem, com tecnologias avançadas para detecção precoce e precisa de doenças, especialmente as patologias oncológicas. Essa empresa produz diversos equipamentos, dentre eles, o PET-CT, com capacidade de realizar esse exame em 30 segundos. O PET-CT é um equipamento que dá o diagnóstico de várias doenças, especialmente de lesões tumorais malignas. Com esse PET-CT, para vocês terem uma noção, lá na United Imaging, eles conseguiram produzir um equipamento que...

(Soa a campanha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... leva 30 segundos para detectar essas lesões. Isso quer dizer que em 30 segundos eles conseguem dar o diagnóstico e o paciente consegue sair da máquina. Então, aqueles pacientes que têm claustrofobia vão ficar ali apenas 30 segundos, que é um tempo mínimo, em comparação com as nossas máquinas, que duram em média 30 minutos. Esse avanço é muito importante. Outras máquinas, como eu já coloquei, levam 30 minutos para a realização desse exame, diminuindo, para vocês terem uma ideia, em 98,3% a duração desse exame e, consequentemente, a permanência do paciente dentro do equipamento.

Há também equipamentos de tomografia computadorizada conectada à radioterapia, o que torna o exame mais preciso...

(Soa a campanha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... para o tratamento das lesões. Também produzem equipamentos de ressonância magnética com aumento do diâmetro para 75cm, aumentando, dessa forma, 5cm em relação aos aparelhos atuais, deixando o exame mais confortável, especialmente para os pacientes que têm claustrofobia. É outro avanço tecnológico da United Imaging, em comparação aos nossos equipamentos aqui do Brasil. Para vocês terem uma ideia, o diâmetro da ressonância magnética é de 70cm. Eles conseguiram aumentá-lo em 5cm, sem prejudicar a imagem do exame, a imagem das lesões, e esses 5cm de uma forma axial fazem com que o paciente, principalmente – mais uma vez, eu repito –, que tem claustrofobia se sinta mais confortável.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Esses 5cm fazem toda a diferença para o paciente.

Nessa questão que eu coloquei aqui, da tomografia computadorizada conectada com a radioterapia, normalmente, o que acontece? O paciente passa pela tomografia computadorizada, faz o diagnóstico da lesão e, depois, vai para a radioterapia. Nesse aparelho, são conectadas radioterapia e tomografia computadorizada. Então, em um só momento, o paciente passa pelos dois exames. Isso otimiza o diagnóstico e otimiza também o *follow-up* do paciente oncológico.

No Hospital Universitário Renji, chamado Renji de Pudong, vinculado à Universidade Jiaotong, fui recepcionada pelo Diretor, Dr. Michael Wang, e pela sua equipe técnica. Esse hospital público chinês impressiona por sua notável eficiência.

(Soa a campanha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Ele atende mensalmente meio milhão de pacientes e realiza cerca de 25 mil cirurgias, empregando tecnologias avançadas, como cirurgias robóticas, em todas as suas intervenções cirúrgicas. Destaca-se, entre suas inovações mais



impactantes, o sistema de alerta precoce, baseado em inteligência artificial, que consegue prever com 30 minutos de antecedência quando um paciente na UTI entrará em descompensação do quadro clínico. Isso quer dizer que o médico de plantão vai conseguir, 30 minutos antes de o paciente descompensar, através da tecnologia de inteligência artificial, detectar que esse paciente irá descompensar – isso que é importante saber –, para que ele possa atuar na hora exata, antes de o paciente evoluir desfavoravelmente...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... dessa forma, salvando a vida do paciente. E a equipe trabalha para ampliar essa previsão, Presidente, para três dias de antecedência, o que representará um avanço significativo na medicina intensiva, diminuindo exponencialmente o número de mortalidade. Imaginem vocês ter um paciente na UTI, e o médico, com três dias de antecedência, saber que o paciente irá, depois de três dias, complicar o quadro clínico. Ele já antevê e já começa a tomar as medidas cabíveis para que esse paciente não evolua desfavoravelmente e não venha a ter complicações graves, podendo ir a óbito.

Conheci também o sistema integrado *online* de saúde desse hospital inteligente, que inclui prontuários eletrônicos, máquinas automatizadas para triagem e sistemas de monitoramento em tempo real.

(Soa a campanha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu já estou terminando, Sr. Presidente.

O hospital utiliza a tecnologia de metaverso em ambiente clínico-cirúrgico, um sistema de realidade virtual imersiva que permite a especialistas médicos, independentemente de sua localização geográfica, participarem remotamente de procedimentos cirúrgicos, com visualização tridimensional dos pacientes em tempo real, e acompanhar os pacientes internados em terapia intensiva, colocando todas as devidas orientações aos médicos assistentes. Em outras palavras, o médico, independentemente de onde ele estiver, na China ou em qualquer outro país, independentemente da sua localização, de onde ele estiver geograficamente falando, poderá intervir tanto no centro cirúrgico, como em discussões clínicas e também no paciente que está na UTI.

(Soa a campanha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – E esse metaverso, Senadora Margareth Buzetti, esse aparelho é muito importante, porque é uns óculos que eles colocam, que cada um tem que colocar, se não estiver presencialmente. E aí, através desses óculos, cuja tecnologia se chama metaverso, ele consegue visualizar o paciente que está na UTI e também visualizar a cirurgia em tempo real e pode orientar os colegas que estão operando naquele momento; isso mundialmente. Então, é algo extremamente inovador. Isso se chama inteligência artificial.

E, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, esta missão evidenciou que o Brasil pode e deve avançar na inovação tecnológica em saúde.

(Soa a campanha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Ao encerrar a minha missão diplomática na China, reafirmo o meu compromisso com o fortalecimento do marco regulatório da vacina contra o câncer no Brasil, com o avanço das pesquisas científicas de vacinas contra os vários tipos de doenças oncológicas e com o acesso a tratamentos modernos contra o câncer. A implementação de hospitais inteligentes na rede SUS irá beneficiar significativamente o atendimento aos pacientes da rede



pública, otimizando os diagnósticos precoces de várias patologias, especialmente as doenças oncológicas, levando a tratamentos precoces e, dessa forma, salvando vidas.

Aproveito a oportunidade para convidar as Sras. e os Srs. Senadores para a sessão de debates temáticos que será realizada no dia 30 de abril, na próxima quarta-feira, em que abordaremos...

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... os avanços científicos nas pesquisas de vacinas contra o câncer. O evento contará com a participação de pesquisadores de centros de excelência, entre eles, o Hospital Albert Einstein, a Fiocruz, o laboratório Butantan e o Hospital de Amor de Barretos, além de instituições internacionais, como a Universidade de Oxford, como a Universidade de Queensland – situada na cidade de Brisbane, na Austrália –, os hospitais inteligentes de Renji e do Templo do Céu, e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). Essa será uma oportunidade ímpar para discutirmos colaborações científicas que possam acelerar a disponibilização dessas tecnologias inovadoras aos nossos pacientes brasileiros.

Nossa população, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores aqui presentes, nossa população merece o que há...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Estou concluindo, Sr. Presidente. Obrigada.

Nossa população merece o que há de mais eficiente e humanizado na medicina contemporânea, para que possamos, nós médicos, nós médicas, todo o corpo da saúde, dar os diagnósticos na fase precoce, na fase inicial, e dessa forma instituir os nossos tratamentos também na forma inicial da doença e poder salvar vidas.

E eu quero agradecer a V. Exa., Sr. Presidente, e quero agradecer também ao Presidente Davi Alcolumbre, que não se faz presente, e a todos os colegas Senadores e Senadoras, aos Prefeitos que estão aqui presentes também na Casa, aos Vereadores, aos secretários e às secretárias de saúde, ao Deputado João Antônio, que se faz aqui presente, a meus assessores e a toda a assessoria de todos os colegas aqui presentes, a todos os colaboradores da Casa.

Meu muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Nós que agradecemos, Senadora.

Senador Randolfe, pode se encaminhar para a tribuna. O senhor vai falar pela Liderança por cinco minutos, mas, antes, quero agradecer a presença desses ilustres convidados, nosso futuro, nossos Senadores do futuro, da escola do ensino fundamental Edukmais, do Gama, não é isso?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Estão gostando do Senado? Estão gostando? Estão gostando de política?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Pois é, vamos estudar para melhorar o nosso país. Obrigado pela presença.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela Liderança.)



– Obrigado, Senador Styvenson Valentim, no exercício da Presidência desta Casa, pela concessão dos cinco minutos para aqui me pronunciar pela Liderança do Governo, para fazer um registro que considero que é mais do que necessário pela semana que vivemos.

Amanhã, Senador Styvenson, aliás, hoje à noite, o Senhor Presidente da República, acompanhado do Presidente da nossa Casa, Presidente Davi Alcolumbre, e do Presidente da Câmara dos Deputados, se deslocará até Roma para participar da última despedida ao Papa Francisco, para participar das exéquias do Papa Francisco.

Eu uso a tribuna para fazer o registro do que significa Francisco e me ancoro num texto que vi de Jorge Miklos para referenciar o que não só para os católicos... Católico, Presidente Styvenson, é universal. É este o sentido da Igreja assentado sobre a pedra de Pedro: Católica Apostólica Romana. É católica, porque é universal, é de todos. É apostólica, porque são de todos aqueles que seguem o apóstolo Pedro, apóstolo primeiro de Cristo, sobre o qual Cristo teria dito: “Pedro, tu és pedra, e sobre tua pedra erguerei a minha Igreja”. É romana, porque é uma Igreja que foi erguida sobre o túmulo de Pedro. Esta Igreja Católica Apostólica Romana, que tem mais de 2 mil anos, eu não tenho dúvida de dizer que teve um breve papado, de 12 anos, do maior Papa da história.

Quem vai fisicamente é o Francisco, é o Jorge Bergoglio. É o primeiro dos Papas que carrega no nome o legado do povoado de Assis, recuperando e sendo coerente ao que disse, aconselhado por D. Cláudio Hummes, seu amigo brasileiro, cumprindo o que disse: “Não se esqueça dos pobres”. Nenhum Papa foi tão identificado com os pobres e com a vocação da Igreja quanto Francisco foi.

Francisco, no gesto, se concretizou como sopro do Evangelho vivo. Não foi um pontífice dos altares dourados, mas das encruzilhadas do mundo. Em Francisco, o púlpito se fez chão. Nele, a doutrina fria se ajoelhou ao sofrimento humano.

A morte de Francisco, Sr. Presidente, colegas Senadores, demais convidados, é uma perda imensa para os católicos, mas é uma perda imensa para a humanidade. Francisco foi uma voz dissonante num mundo saturado de cinismo. Convocou, em momento de conflito global, a Igreja a se despir de seus ornamentos e a se reencontrar com os pobres, com os refugiados, com os esquecidos.

Quando condenavam os imigrantes, Francisco proclamou que ele foi o primeiro dos migrantes e que Cristo mesmo foi um imigrante em sofrimento.

Ele foi além da comunhão, preocupado com a questão de uma das maiores obras divinas, o planeta Terra e o equilíbrio ambiental, propôs em uma encíclica, a *Laudato Si'*, a preservação da Terra inteira. Fez, assim, um gesto místico-revolucionário, no qual a espiritualidade e a ecologia se abraçaram. Ali, Francisco não apenas denunciou a devastação ambiental e a lógica do descarte, como também propôs um novo olhar para a ecologia como espaço integral, incluindo o homem.

Francisco falou como profeta, com a delicadeza de um pastor...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – ... e a firmeza de quem sabe que cuidar da criação como um ato de fé. Sua voz ecoou entre cientistas e teólogos, entre indígenas e operários, entre jovens e velhos camponeses. Em *Laudato Si'*, por exemplo, Francisco devolveu à Igreja sua dimensão cósmica, reconciliando a Igreja com a política. E, por falar em política, recupera, assim, Francisco, o sentido dos quatro Evangelhos. Porque, nos quatro Evangelhos, de igreja se fala somente duas vezes, minha querida Senadora. Porque igreja é a comunidade. Cristo diz, na passagem, logo após entrar em Jerusalém e adentrar o templo e encontrar o templo tomado pelos vendilhões. Quando o questionam sobre o que fazia no templo, ele disse: “Destroí esse templo e eu o reconstruirei em três dias”.

(Soa a campanha.)



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Diz isso Cristo – Presidente, já para concluir –, porque ele concebe que o templo não é o edifício de pedra, é quando Deus toca o coração do homem. E é por isso que a Igreja tem a vocação de voltar para um termo que está 133 vezes nos quatro Evangelhos, o reino de Deus. Mas o reino de Deus que Francisco resgata não é aquele só dos céus. O reino de Deus é o horizonte estratégico da humanidade de um mundo em que a pobreza é acolhida, ou que, em última análise, se tenha a igualdade e não se tenha a pobreza, que, enquanto um sofrer, todos sofrerão. A proclamação de Francisco é coerente com a proclamação do Evangelho presente em João, presente em Marcos: “Porque tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber [...] Estava nu, e vestistes-me”. Toda vez que fizeres isso para qualquer um dos meus, para mim estais fazendo.

Presidente, para concluir...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – ... em meio a esse universo de fé desencarnada, Francisco ousou, com uma desarmada simplicidade, dizer, por exemplo: “O sexo é uma das coisas belas que Deus deu ao ser humano para embelezar o amor”. Com isso, desnudou a culpa que, lamentavelmente, durante outros anos, a Igreja impôs à humanidade. Com essa frase, Francisco rasgou séculos de culpa, de repressão, devolvendo à sexualidade a sua dignidade sensível, a beleza natural da força criadora.

Concluo, Presidente, dizendo que foi Francisco o homem, foi Francisco o homem do gesto, do silêncio, o Papa que desceu dos palácios, o Papa que andou com os pobres, acolheu os imigrantes, defendeu o meio ambiente e proclamou a paz num mundo tão controverso e de tantos conflitos.

Que Deus ilumine os 135 Cardeais do cardilato, do Conclave, para que o papa sucessor dê sequência à obra de Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Obrigado, Senador Randolfe.

Os Vereadores pernambucanos são de que município? *(Pausa.)*

Bezerras, Pernambuco. Conheço.

Obrigado por terem vindo até aqui.

Com a palavra, agora, o Senador Plínio Valério, PSDB, Amazonas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discursar.) – Presidente Styvenson, após ouvir o belo discurso da Dra. Eudócia, com um tema pertinente, e o brilhante discurso do amigo Senador Randolfe, eu vou pedir desculpa para mudar o tema. A gente às vezes tem que fazer isto: mudar o rumo da prosa.

Mas, Randolfe, o meu primeiro nome é Francisco – viu? –, em homenagem ao padroeiro do meu município, Eirunepé, onde eu nasci. Nas viagens de avião e nas clínicas, me chamam de Francisco. Às vezes eu me assusto, demoro a responder, porque eu não estou acostumado, mas também carrego o nome de Francisco. Isso é muito bom. E é gratificante essa homenagem.

Senadoras e Senadores, no país onde muitos pegam moral que não têm, usam leis, citam leis que não cumprem e exigem respeito que não dão, é muito difícil a gente não ficar batendo no tema das imoralidades, dos desmandos, das coisas cretinas e horríveis que acontecem a cada dia neste país. A gente está se acostumando a ver uma pessoa se formar, ter doutorado e ganhar R\$2 mil, R\$3 mil, e a gente está achando que isso é normal; um arquiteto ganhar isso, um enfermeiro dormir nos corredores de hospitais, em colchonetes, porque não tem sala de conforto. A gente está se acostumando nesse mundo de distorção, de pirâmide invertida. Por isso é que eu pedi desculpa à Dra. Eudócia e ao meu amigo Randolfe Rodrigues



para mudar o rumo da prosa.

Vocês me veem aqui constantemente falando dessa questão do meio ambiente e sempre citando o ICMBio, que é o Instituto de Conservação da Biodiversidade. O ICMBio, para quem não sabe, toma conta de todos os parques nacionais neste país, inventa, mensalmente ou pouco mais que mensalmente, novas áreas de proteção.

Vou dar exemplo para mostrar o que eu vou falar: o ICMBio, lá no Amazonas, acaba de detectar uma área, fazer estudo, inventar audiências públicas só entre eles e reservar uma área equivalente a 15 mil campos de futebol para cuidar do sauim-de-coleira, que é um pequenino animal, que merece, sim – respeito todos os animais –, mas que não precisa de tanto. E agora está criando uma outra área no lugar onde se planta, no Município de Apuí.

Por que que eu falo do ICMBio? Porque são pessoas... E também por que que eu citei aquela história de moral, de respeito, de coisa que não tem? Olha só aqui. Devo dizer que muitas destas pessoas que eu vou citar aqui estiveram na CPI das ONGs e são pessoas que se julgam acima do bem e do mal, que não pertencem ao nosso planeta, que acham que podem fazer tudo. O ICMBio cuida da Reserva Chico Mendes (Resex) lá no Acre. Nós fomos lá. Está aqui. O Styvenson vai me perdoar, mas eu vou citá-lo, 1,97 metro, acostumado a lidar com narcotraficante e com bandido, chorou, assim como o Marcio Bittar, como o Jaime. E eu que presidia ficava fingindo que não estava chorando, porque nós vimos lá semiescravidão, nós vimos lá extrativistas que moravam antes de se criar a reserva e que agora não têm direito a nada; ou melhor, têm direito a colher látex, 5l por dia a R\$3 o litro, e panelas e, sei lá, latas de castanha a R\$10 a lata cheia. Não podem plantar milho, não podem plantar soja, arroz, não podem criar vaca, não podem fazer nada.

E é esse pessoal aqui que a gente acaba de descobrir, de ver agora: “Irmão do número 2 de Marina Silva levou concessão milionária do ICMBio”. Deixe-me ler para vocês, Styvenson, para mostrar. É irmão do número dois, do Capobianco, aquele que conversa com a gente com o nariz empinado e que respeita na presença, mas ali para ele é um sacrifício nos receber. E isso está na revista, está no *Metrópoles*. Eu vou resumir para não ter que ler. É um contrato para criar, de uma reserva dominada, controlada pelo ICMBio, no Ceará... Um contrato de 30 anos que vai levar R\$160 milhões. Não está abrindo aqui, eu quero mostrar onde fica isso e de que forma foi feita essa licitação, que é sempre forjada, do mesmo modo que forjaram a reserva para os macacos, da mesma forma como estão expulsando plantadores.

O ICMBio já toma conta de toda a área de Novo Airão, Município de Rio Negro. A matéria não abriu, vou ter que deixar de dar alguns dados. Eles conseguiram mapear – quando a gente fez a CPI das ONGs, a gente mostrou que as ONGs atuam há 40 e poucos anos – todas as áreas ricas e que eles querem. Quando digo eles, os Governos estrangeiros que financiam as ONGs, que financiam o ICMBio. Lá, nessa reserva, foi o Styvenson que me chamou a atenção, e eu fui para a placa, estava lá: WWF. O ICMBio manda na Resex, mas a WWF manda no ICMBio. É uma coisa, assim, assustadora quando a gente fala. Tem pessoas que, quando a gente conta o que viu e como procede, se assustam de saber que existe. Esse ICMBio... O segundo dirigente lá da Marina doou para o irmão dele um contrato milionário, milionário. E a gente tem que achar isso comum.

Eu tenho a benção, a felicidade de estar Senador da República, de poder chegar aqui à tribuna e falar aquilo que eu acho que está errado, de protestar contra aquilo que a gente tem que protestar. Nós não podemos achar que isso é normal. A gente não pode deixar que um ministro do Supremo pregue uma lei que só existe na cabeça dele. A gente não pode achar que é normal um ministro do Supremo Tribunal desrespeitar a Constituição. Isso acontece e a gente acha normal. A gente acha normal uma assassina do pai estar livre, enquanto uma senhora de 60, 70 anos está presa, porque portava uma Bíblia no 8 de janeiro. A gente não pode achar normal isso. Então, a tarefa, uma das missões que a gente tem é dizer... Para



aquelas crianças que estavam aqui ainda agora, eu ia dizer: isso não é normal. Nós não podemos achar que eles podem fazer tudo – uma casta, uma camada –, e a população não possa nada. Eu vou reiterar aqui que tem enfermeiros e enfermeiras no meu estado, na minha cidade, na capital, que dormem nos corredores – enfermeiros que cuidam da gente. Um enfermeiro, um técnico de enfermagem, para conseguir R\$5,8 mil, Randolfe, tem que trabalhar três turnos de 12 horas, em três empregos, e agora estão lutando por uma jornada de 30 horas, com o que a gente está solidário. O Senado vai aprovar isso aqui.

Portanto, mais uma vez, meu Presidente, companheiro e irmão Styvenson, a gente tem que vir aqui à tribuna para protestar sempre. Achar que é normal um Presidente da República mandar um avião da sua Força Aérea buscar uma corrupta condenada em outro país? Isso não pode ser normal. Eles querem que nós achemos que isso é normal, mas não é normal. Essa normalidade, um dia, tem que voltar, para que nós possamos ensinar para os nossos netos – minhas filhas, não, porque já enfrentam – que errado é errado e certo é certo, que pratiquem o bem.

Randolfe acabou de falar só de coisa bonita, do bem. A Dra. Eudócia falou da busca da cura do câncer...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... e a gente tem que se voltar para as coisas boas. Aqui na tribuna, a gente deveria falar só de coisas boas, mas não é possível falar só de coisas boas, porque, enquanto esse pessoal exigir respeito que não dão, moral que não tem, a gente não pode concordar com isso.

Então, eu subo à tribuna, mais uma vez, Presidente, para discordar dessas distorções, para dizer que roubar, para dizer que proteger criminoso, para dizer que inverter as leis ao seu bel-prazer é errado. Um dia nós chegaremos àquilo que a gente sonha para os nossos netos; para nós, não, a nossa geração está enfrentando isso tudo, nossos filhos enfrentando isso tudo, mas nossos netos merecem um legado melhor, e esse legado melhor exige de todos nós uma missão: limpar a estrada para que eles não sangrem os seus pés pisando em espinhos. Temos que limpar os espinhos. Que sejamos nós a fazer isso, que sejamos nós a enfrentar o receio...

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... da mão poderosa que, no momento, vigora no país. É perigoso no país um Senador da República falar o que quer. Nós temos Senador aqui perseguido, nós temos Senador aqui cujo gabinete foi invadido, e a gente acha isso normal. Quando eu digo a gente, eu estou falando da maioria. Eu não acho isso normal e, por não achar normal, é que eu estou aqui, mais uma vez, a protestar e a citar tudo isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Parabéns, Senador Plinio, sempre em defesa da Amazônia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente, uma rápida fala pela ordem, só para pedir a V. Exa. também a gentileza de registrar...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Hoje está uma quinta-feira atípica, bem concorrida no nosso Senado, devido, certamente, à Marcha dos Vereadores. Vários Prefeitos aqui estão, e eu queria registrar a presença de cinco colegas Vereadores do Município de Santana, segunda maior cidade do Estado do Amapá, cidade portuária do Estado do



Amapá: o Vereador Rarison Santiago, o Vereador Professor Assis, o Vereador Marco Aurélio, e o Renato, que representa aqui a Vereadora Ithiara. Então, peço que V. Exa. faça o devido registro nesta sessão da presença dos Vereadores do Município de Santana, cidade portuária do meu Estado do Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Posso incluir, Senador Randolfe, Porto Grande, no Amapá, o Prefeito Elielson Moraes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – ... e também o Secretário de Saúde Jefferson?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – O senhor está...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Estão aqui? Porque passaram para mim... (*Pausa.*)

Estão ali.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Estão aqui. É que eu não tinha visto o Prefeito Elielson.

Por favor.

Presidente, até aqui o senhor me socorreu, entendeu? Eu não tinha visto o meu colega Prefeito Elielson, de Porto Grande, e seu Secretário aqui presentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Eu me lembrei do senhor, Prefeito, para ganhar uma emenda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Eu vou combinar com o Prefeito de Porto Grande, com o Prefeito de Vitória do Jari e com os Vereadores de Santana o título de cidadão amapaense para o senhor, viu? Já está quase recebendo.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Aos Vereadores de Presidente Getúlio, em Santa Catarina, aos Vereadores de Nova Alvorada, no Mato Grosso do Sul, e aos Vereadores de Pindoretama, no Ceará, obrigado por estarem aqui, viu?

Para ocupar a tribuna, por dez minutos, o nosso enérgico Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para discursar.) – Sr. Presidente, um bom-dia a todos os Senadores e Senadoras, à população que acompanha a gente pela TV Senado, aos Vereadores que estão aqui no Plenário do Senado também – sejam muito bem-vindos – e a todos servidores desta Casa.

Eu quero aqui falar e deixar bem claro sempre isto: eu sou oposição ao Lula, mas jamais serei oposição ao Brasil. Não sou aliado do Lula, mas sou aliado do povo. E tudo que for a favor do povo aqui eu sempre vou apoiar e vou defender, independentemente de quem que seja o Presidente.

Poderia ter sido aqui o Bolsonaro, se tivesse ganhado do Lula, ou o Ciro Gomes, ou a Simone. Qualquer um que estiver como Presidente aqui, o que for a favor do povo estarei sempre aqui defendendo.

Eu estou falando isso porque eu vi uma entrevista aqui, agora, de um desembargador que é aposentado, e o apresentador pergunta para ele – um desembargador que recebeu R\$230 mil agora, no mês de dezembro – o que ele acha do auxílio-moradia. Então, escutem o que ele falou, o que ele acha do auxílio-moradia.

Depois eu vou falar por que eu apoio qualquer projeto que seja a favor do povo.

Ouçam isto aqui:

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Desembargador,



Desembargador, quer dizer que a população tem que entender isso então? E você fala que vocês pagam 27% de Imposto de Renda. A população brasileira também não paga, não?

Você fala que tem que comprar um terno lá nos Estados Unidos.

Um pedreiro que vá trabalhar, qualquer trabalhador que faça essa escala miserável de seis por um, para ele trabalhar, para ele ter uma roupa, também não tem que comprar a roupa dele não? Não tem que comprar o sapato dele não? Que história é essa, Desembargador, com todo respeito a V. Exa...

E sabe por que é que eu estou falando isso, população brasileira? É para você, porque vem um programa, agora, de poder isentar 30 milhões de brasileiros para não pagar a conta de luz. E eu vou apoiar, só que eu acho que o restante da população brasileira não tem que pagar essa conta. Não é o restante do povo brasileiro que é o patrão, Desembargador, porque quem... Você manda falar, do jeito com que você falou aqui, que a população brasileira tem que entender... Quem paga o seu salário é a população brasileira.

Que fique claro que eu respeito demais desembargadores, juízes, mas eu vou sempre, aqui, tocar na ferida.

Por isso que a gente tem que votar o mais rápido possível aqui, para acabar com supersalários, para acabar com penduricalho, para que um desembargador desse, aqui, que está aposentado... No mês de dezembro, ele recebeu R\$230 mil.

Desembargador, um trabalhador que ganha um salário mínimo de R\$1,5 mil, que faz uma escala miserável de seis por um...

Porque vocês não fazem essa escala. Vocês não fazem essa escala! Vocês sabem muito bem disso aqui. Não só vocês, como nós, aqui, Senadores também, Deputados Federais, não fazemos escala de seis por um. Por isso que eu defendo o que for a favor do povo.

Aí, V. Exa. vem falar que a população brasileira tem que entender que vocês estão deprimidos, estão com depressão?

Desembargador, vá fazer essa escala de seis por um; vá acordar 6h da manhã, 5h da manhã, para pegar um metrô ou um ônibus lotado, um transporte público que não vale de nada, para poder fazer essa escala de seis por um, para, no final do mês, ter que receber mil quinhentos e poucos reais. Aí, você vem falar que é normal, que a população brasileira tem que entender isso?

Eu estou falando isso para você que está vendo a minha fala agora, aqui, porque está vindo essa questão desse programa agora de isentar 30 milhões de pessoas, só que quem vai ter que pagar essa compensação de R\$4 bilhões é o restante da população brasileira. É justo? Não!

Quem tem que pagar essa conta aqui somos nós! Quem tem que cortar da própria carne aqui são os três Poderes!

Ontem aqui eu dei uma solução para isso: tire do fundo eleitoral, do fundo partidário.

A gente está falando que, ano que vem, a eleição vai ter mais de R\$6 bilhões para fazer festa com político, a “festa da democracia”. Tire R\$4 bilhões... Vão sobrar dois ainda para fazer essa festa da democracia. Tire dos supersalários.

Estamos aqui para votar. Vote isso logo. Vamos acabar com os supersalários dos três Poderes.

Quero deixar bem claro aqui que desembargadores, juízes, nos três Poderes, a maioria deles têm direito a auxílio-moradia, além do salário, que é de mais de R\$40 mil.

Olhe a comparação de um trabalhador, gente, que é o patrão! Ele faz uma escala miserável de seis por um; ele não tem direito ao auxílio-moradia, auxílio-mudança – antes era chamado de auxílio-paletó; agora é auxílio-mudança –; ele não tem direito a plano de saúde vitalício; ele não tem direito ao auxílio-livro – o trabalhador que faz uma escala de seis por um; ele não tem direito até a auxílio-creche, porque lá, na assembleia onde eu trabalhava, os Deputados tinham direito até a auxílio-creche, e, na maioria das vezes,



juiz também tem. Quer dizer...

Há auxílio-alimentação, que se chama de verba indenizatória, com que você pode ir a um restaurante comer caviar, tomar champanhe, e quem paga a conta mesmo é o povo – você pode ser indenizado lá.

Há auxílio-combustível, a que nós também temos direito... E eu acredito que S. Exas. desembargadores também tenham direito.

Aí, um desembargador que recebe, no mês de dezembro, R\$230 mil vir questionar essa questão do auxílio-moradia, vir falar que a população brasileira tem que entender?

Desembargador, você entende a realidade do povo brasileiro? Você sabe como é que o povo brasileiro está vivendo? Você sabe como é que um trabalhador que ganha mil quinhentos e poucos reais tem que fazer essa escala de seis por um, como é que ele sobrevive?

Por isso que qualquer benefício que for a favor do povo aqui eu defendo. Qualquer benefício que for trazido para a população brasileira aqui eu vou defender. Eu faço questão, independente de quem seja o Presidente. Como é o Lula hoje...

Se fosse qualquer outro Presidente que falasse “eu vou fazer o auxílio agora, aumentar o Bolsa Família”, eu aprovaria.

Essa questão agora do programa de isentar 30 milhões de brasileiros para não pagar energia eu aprovo, desde que a compensação venha de nós.

A compensação não tem que ser da fonte de riqueza, que é o trabalhador. A compensação não tem que ser do povo brasileiro. A compensação tem que ser nossa, porque nós, Desembargador, somos fonte de despesa. Nós trazemos despesa, e, na maioria das vezes, ainda não produzimos nada! Zero! A verdade é essa, e eu tenho que falar a verdade para vocês.

Na semana passada, foi feriado de Semana Santa, aqui ficou remoto; nesta semana, estamos trabalhando; vamos ver como é que vai ser a semana que vem, pois tem um feriado na quinta-feira, que é o Dia do Trabalhador. Vamos ver como é que vai ser, se a gente vai ter que estar aqui presente aqui para poder votar, aprovar projetos?

Então, por isso, gente...

Isso aqui não é atacar nenhum Parlamentar, não é atacar a minha Casa, que é o Senado.

Eu tenho muita honra de estar aqui. Eu tenho que ajoelhar e agradecer a Deus todos os dias por estar aqui. Eu sou um privilegiado. Eu sou um privilegiado!

Hoje eu estou aqui, amanhã eu posso voltar para Minas Gerais e atender ao pessoal no meu gabinete lá em Minas Gerais, não trabalho sábado e domingo, recebo R\$40 mil, tenho direito a auxílio-combustível, tenho direito também a morar num apartamento chique em que eu moro aqui...

Então, eu sou um privilegiado. Eu só tenho que agradecer. Então, eu tenho obrigação e a vergonha na cara de trabalhar para o povo.

Independente de quem seja o Presidente, a tudo que for a favor do povo aqui eu nunca vou fazer oposição; pelo contrário: eu vou defender e vou apoiar.

Então, Lula, Lula, traga tudo que for para o povo: auxílio-gás, auxílio do Bolsa Família, agora auxílio-luz... Em tudo que for para o povo, Lula, eu faço questão de apoiar, porque uma coisa que eu não sou é covarde, hipócrita e demagogo.

Quando estava o Bolsonaro aqui, que pegou uma pandemia e depois veio trazer benefícios para a população brasileira, como a questão de reduzir ICMS para que a gasolina ficasse mais barata, quem era a oposição do Bolsonaro ficava criticando o Bolsonaro. Não!

Eu já falei: eu sou oposição ao Lula, mas eu não sou oposição ao país, eu não sou oposição ao povo. Então, no que for para o povo aqui, eu quero ajudar.

Ele é o Presidente hoje até o ano que vem, 2026, dezembro de 2026. Se o barco afundar com ele,



afunda com todo mundo. Então, jamais na minha vida eu vou desejar mal para o Presidente Lula.

(Soa a campanha.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Eu vou fiscalizar o Presidente, eu vou cobrar dele, mas, agora, desejar mal para ele jamais, como muitos canalhas ficam debochando do Bolsonaro lá, do jeito que ele está agora, que tomou uma facada. E ficam falando que a facada dele é *fake news*...

Sabem por que eu tenho moral para falar isso aqui? Porque, quando o Lula se acidentou, eu vim aqui e repudiei quem estava desejando a morte do Lula; quando ficam falando – aquela loucura de alguns – que o Lula tem um sócio, eu venho cá e repudio falando que isso é loucura, idiotice!

O Lula é o Lula mesmo, você querendo ou não. Então, a facada do Bolsonaro não é *fake*. Aprendam isso!

Quem foi lá fazer a intimação dele ontem, pois o Ministro Alexandre de Moraes mandou intimar...

E eu faço uma pergunta, Presidente: vão intimar o Presidente que foi afastado agora do INSS? Ele vai ser intimado? Porque, se ele não for intimado, eu tenho aqui a obrigação – e nós, Senadores, aqui, pois a nossa função é fiscalizar – de fazer uma convocação dele na Comissão de Fiscalização aqui, para ele poder esclarecer.

E, olhem, eu vou ser justo aqui, hein?! Isso daí, essa investigação da fraude de 6 bilhões, não está vindo só do Governo Lula não! Isso está vindo...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Vou finalizar, Presidente.

Se isso está vindo desde 2019, está vindo desde a época do Governo Bolsonaro. E aí é que está...

Canalhas, entendam uma coisa: muitas das vezes, quando o Bolsonaro indica algum ministro ou indica algum secretário, o Bolsonaro – como o Lula, que é Presidente hoje – não consegue fiscalizar a consciência de uma pessoa.

Eu indico um assessor meu para vir trabalhar comigo. Eu não consigo fiscalizar 24 horas não. Pode muito bem um assessor meu fazer alguma bagunça, algum rolo. É o que pode ter acontecido lá no INSS.

Às vezes, o Lula não fica nem sabendo. E, quando era o Bolsonaro, ele também não ficava nem sabendo. E, se fosse outro Presidente também, se tivesse sido o Ciro, se tivesse continuado o Bolsonaro... Às vezes, essa bomba do INSS poderia ter caído no colo do Bolsonaro.

Então, uma coisa que eu não sou é cretino, covarde. Eu gosto de sempre ser claro e transparente aqui. Mas eu acho que a função nossa aqui é fiscalizar e legislar.

Então, eu queria muito, Presidente – não tem muitos Senadores neste momento, aqui –, a gente propor uma CPMI para poder investigar o INSS, porque o que tem de aposentado, gente...

(Soa a campanha.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – “Ah, aí o Cleitinho é falador, o Cleitinho é barulhento”.

Sabe quando eu denunciei isso aqui, gente, essa cobrança indevida no contracheque dos aposentados? Eu mostrei nas minhas redes sociais, porque vários aposentados estavam mandando para mim isso há um ano. Tem um ano que eu denunciei isso aqui. Foi em janeiro do ano passado. Aqui não estava tendo nem Plenário. Eu fiz o vídeo lá de casa. Encaminhei para os órgãos competentes, para poderem olhar.



Está aí a verdade, ó: R\$6 bilhões de fraude – R\$6 bilhões –, com vários sindicatos e associações canalhas, covardes, descontando dinheiro de aposentado que vive com quase um salário mínimo também, tirando dinheiro deles, numa fraude de R\$6 bilhões. Vou repetir: R\$6 bilhões.

Canalhas! Canalhas, covardes!

Então, o que eu espero aqui também da Justiça, sobre a qual eu comecei falando aqui, mostrando desembargador reclamando do salário, é que a Justiça faça justiça.

Ministro Alexandre Moraes, da mesma forma que você intimou, mandou um Oficial de Justiça lá na...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – ... mande intimar também o Presidente do INSS, para ele abrir a boca e falar o que é que estava acontecendo. Inclusive, tem até um sindicato cujo Vice-Presidente é irmão do Lula.

Então, que tal?

Se a nossa função aqui, Senadores, é fiscalizar, junto com os Deputados Federais, vamos propor uma CPMI. Vamos investigar agora, através de uma CPMI, o INSS, vamos trazer verdade para a população brasileira.

Eu sou a favor de qualquer CPMI e CPI. Inclusive, se quiser fazer uma minha, pode ficar à vontade, porque aí vai mostrar que, além de barulhento, eu sou honesto.

Então, eu quero propor aqui é uma CPMI, pedindo aos Senadores apoio, para a gente poder investigar o INSS, porque é desde 2019. Vamos pegar quem são culpados e colocar na cadeia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Cleitinho, o Sr. Styvenson Valentim, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Plínio Valério)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Cleitinho.

V. Exa. propõe a CPMI, e eu quero ser o segundo a assinar. Conte com a minha assinatura, eu acho pertinente. O senhor pode recolher as assinaturas.

O Senador Styvenson, que agora vai ocupar a tribuna, meu amigo Styvenson, a quem eu estou tendo dificuldade em convencer a não sair Governador do Rio Grande do Norte e continuar no Senado com a gente...

Com a palavra o meu irmão Senador Styvenson.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Para discursar.) – Beijo, Cleitinho. Estou contigo, assino também – viu? – a CPMI, para combater corrupção.

Sr. Presidente, obrigado.

Temos aqui nossos Vereadores, Vereadores não só do Amapá, mas de muitos estados, durante essa marcha. Vereadores de Jucurutu, de São Vicente, Vereadores de Natal...

Eriko Jácome, Presidente; Leo Souza; Kleber Fernandes; Vinícius Carvalho; Rafael Targino... Gente, o assessor Rafael Targino.

De Bento Fernandes, tem aí o Paulo Junior, ex-Prefeito, e a Ilane, assessora.

Bom, eu vou falar algo aqui que interessa não só aos Vereadores, aos Prefeitos, mas interessa



principalmente, meu Presidente, à população brasileira.

O que é que está fazendo o Governo PT, além da inflação, o Governo Lula, além da inflação, desidratar, perder tanta credibilidade e popularidade? Segurança Pública. Essa segurança pública para a qual a gente, junto com os Prefeitos, tenta procurar soluções.

Câmeras, monitoramento, guardas municipais... São 1.382 municípios, no Brasil, que, até 2023, tinham guardas municipais. Eu acho que agora devem ter mais.

Eu sugiro que os Prefeitos tenham mais guardas municipais, não só para proteger os patrimônios da cidade, não só para proteger a escola, os prédios públicos, não só para ter aquele carro rodando com uma finalidade que não seja a que eu vou dizer aqui.

Na PEC 37, do Senador Veneziano, que estava por aqui até agora...

O nobre Senador Veneziano quer incluir que as guardas municipais e os agentes de trânsito, esses órgãos, vão para o art. 144 e tenham a competência, dentro desse artigo, da segurança pública. No entanto, Senador Plínio, uma decisão do Ministro do STF disse que não pode uma prefeitura, não pode uma guarda municipal criar – o que já foi feito em São Paulo, pela Prefeitura de São Paulo e em outros municípios – a guarda municipal, a polícia municipal, dar poder de polícia aos nossos guardas.

Eu estou falando de um número de mais de 100 mil homens e mulheres que podem reforçar a segurança pública, com abordagem, com ostensividade, com buscas em veículos. É um reforço a mais para o nosso país, para a segurança pública.

Propus, Senador Plínio, uma emenda à Constituição, a respeito da qual eu estou lutando para ter aí os meus 27 votos. Já falei com o Senador Veneziano, o autor do projeto, e ele concordou que essa emenda, colocando de forma expressa, no art. 144, guardas municipais e agentes de trânsito, possa ter poder de polícia; possa, sim, ter esse nome, essa nomenclatura. Não é só um nome, não, na viatura; não é só um nome numa farda não.

A estatística já diz que, se melhorarmos, evoluirmos para esse passo, a guarda municipal, quando armada, reduz em até 40% o número de incidência de criminalidade dentro das cidades – só usando arma. Mesmo assim, ele ainda sente dificuldade de fazer abordagem, de ter o poder de polícia para fazer as prisões, conduções, ir até uma audiência, ter uma representatividade.

Então, ao colocar no art. 144, através da PEC 37, guardas municipais, agentes de trânsito, mas dando a eles a nomenclatura de polícias municipais ou equivalentes, a gente está assegurando para esses agentes... Mais de 100 mil, viu, gente? É um reforço de 100 mil no Brasil todo, nesses 1,8 mil municípios, nesses 1.382 municípios no Brasil.

A gente está reforçando o a segurança pública. Ninguém aqui quer tirar o poder de polícia do estado. Ninguém aqui quer concorrer com a Polícia Militar, a Polícia Civil, com bombeiro – ninguém aqui quer concorrer. A gente quer aqui aumentar a capacidade de melhorar a nossa segurança pública e defender nosso cidadão, principalmente nas cidades, através da guarda municipal.

Olha, Senador Plínio, eu vou dizer algo para o senhor que o senhor deve passar também – o senhor deve passar também: se o Prefeito não for base daquele Governo de ocasião, se tiver um evento na sua cidade, e ele pedir, por ofício, o policiamento, corre o risco de não ter. E, se tiver, fica só o policiamento que está na sua cidade – se assim tiver. E eu estou falando de Polícia Militar, que tem a prerrogativa de fazer o trabalho de polícia.

Com a guarda sendo elevada à polícia, ele pode fazer o mesmo pedido e pode também ter esse reforço – com a sua própria guarda.

Então, é algo bom de acrescentar dentro da Constituição, através da emenda constitucional do Senador Veneziano, Senador Plínio, que a gente já deixe expresso, já deixe claro, não crie dúvida, não dê oportunidade ao STF de julgar inconstitucional, como julgaram agora a Guarda Municipal de São Paulo,



ou do Rio de Janeiro, se não me falha a memória.

Se Natal, Presidente, quiser elevar a categoria de guarda para polícia, não pode agora, porque existe uma decisão de um Ministro do STF que não permite isso. Será que nossos homens não são preparados para isso? Será que nossos guardas municipais não têm a mesma capacidade para isso? Será que eles não podem fazer o serviço de segurança pública, reforçando, dentro da área de Natal, o combate ao crime? Então, essa emenda constitucional vai, sim, dar esse poder, esse poder para a população ser defendida também pelas polícias municipais.

Ora, Senador Plínio, se tiver uma ocorrência em qualquer lugar do Brasil, não interessa ao cidadão se ele é policial de trânsito, federal, rodoviário federal, se ele é bombeiro, se ele é segurança privada; está fardado, a população vai correr porque sabe que aquela pessoa pode ajudá-lo. Agora, nem todos vão poder ajudar essa população porque vai ter limitação legal. Então, a gente tirar essa limitação legal e dar aos guardas municipais essa oportunidade, esse privilégio de poder de polícia, para reforçar a segurança pública...

Eu estou aqui ajudando o Governo Lula, viu? Porque é um dos índices que mais quebra, que mais diminui a popularidade do Presidente. Estou aqui o ajudando. Estou ajudando o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, que tem uma segurança capenga, estou ajudando os outros estados porque é um reforço a mais que os municípios vão levar para a segurança pública através de suas guardas.

Talvez as guardas nem queiram isso porque é uma atribuição a mais, mas, com certeza, tenho toda a certeza de que eles vão querer participar, sim, porque são dispostos, principalmente os guardas municipais, que eu conheço, do Estado do Rio Grande do Norte, que estão lá nos municípios e querem participar mais. Só não participam mais porque não têm esse poder de polícia.

E os dados, a estatística, os números já são claros: a gente precisa de mais reforço. São mais de 100 mil homens e mulheres a mais na segurança pública. Quanto mais tivermos, melhor e mais seguros estaremos.

Então, é uma emenda simples para que eu preciso, Senador Plínio, do apoio de V. Exa., que já assinou, de outros Senadores, para a gente ter 27. E que o Senador Efraim entenda isso como uma coisa boa para o nosso projeto, porque não adianta a gente não colocar de forma clara na Constituição o que é, senão o STF julga inconstitucional o que não estiver expresso. Então, não vamos dar margem para interpretações erradas aqui, não. Vamos deixar claro, escrito, muito bem elaborado, para que não haja dúvida e não haja proibição, para que as guardas municipais se tornem polícia e façam um trabalho cada vez melhor para a sociedade.

Era isso que eu tinha para falar, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Styvenson, obrigado pelo seu discurso didático, o senhor que é um especialista em segurança, e pela educação em dizer “para não dar margem a interpretações erradas”. Eu diria que é para não dar margem a que o Supremo continue interferindo na nossa missão, continue usurpando a nossa prerrogativa de legislar. Parabéns pelo discurso.

E aos Vereadores do Rio Grande do Norte que estão aí ainda, por favor, não deixem vingar essa história de o Styvenson ser Governador, porque nós precisamos dele aqui, nós precisamos dele aqui no Senado. Não incentivem isso, não, está bom? Porque eu sei que ele lidera a pesquisa para Governo e não é fácil você desistir – eu sei o que é isso, já passei por isso –, a pesquisa indicar e você abrir mão. O Senado precisa. Não só o PSDB, mas o Senado precisa, está vendo?

E não vai falar mais, não. Não vai falar mais, não, que é para não dizerem que... Eu corto a palavra dele agora então. (*Risos.*)



O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone.*) – Tem que ser cortado mesmo. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu brinco porque o Styvenson é um irmão que a gente encontrou aqui no Senado.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão não deliberativa para amanhã, sexta-feira, às 10h.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento. Paz de Cristo a todos.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 44 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 57ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

25ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 11 horas
Presenças no período: 24/04/2025 07:00:00 até 24/04/2025 12:44:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	MA	Ana Paula Lobato	X
PT	PA	Beto Faro	X
Podemos	MG	Carlos Viana	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
Republica	MG	Cleitinho	X
Republica	DF	Dameres Alves	X
PL	AL	Dra. Eudócia	X
NOVO	CE	Eduardo Girão	X
PL	TO	Eduardo Gomes	X
UNIÃO	PB	Efraim Filho	X
PP	SC	Esperidião Amin	X
MDB	AL	Fernando Farias	X
Republica	RS	Hamilton Mourão	X
MDB	SC	Ivete da Silveira	X
PL	DF	Izalci Lucas	X
PP	RS	Luis Carlos Heinze	X
PSD	SP	Mara Gabrilli	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X
PSD	MT	Margareth Buzetti	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	X
PT	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X
UNIÃO	PR	Sergio Moro	X
Podemos	MS	Soraya Thronicke	X
PSDB	RN	Styvenson Valentim	X
PT	PE	Teresa Leitão	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X
PL	GO	Wilder Morais	X
PSD	RN	Zenaide Maia	X

Compareceram 33 senadores.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de Prazos



- Projeto de Lei nº 5.030, de 2023, do Deputado Federal Afonso Hamm, *que concede o título de Capital Nacional do Cinema ao Município de Gramado, no Estado do Rio Grande do Sul.*

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, §1º, IV, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: de 25/4/2025 a 2/5/2025.



As seguintes matérias vão às Comissões competentes em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 979/2025	Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho.	CDH/CCJ (DT)
PL 984/2025	Estabelece a obrigação de que os Núcleos Investigativos de Femicídio disponham de sala especial de escuta sensível para o atendimento de vítimas, familiares e testemunhas.	CDH/CSP (DT)

Prazo: de 25/4/2025 a 2/5/2025.



Comunicações





SENADO FEDERAL

SF/25021.86231-13 (LexEdit)

Ofício nº 0433/2025 - GSMBUZET

Brasília, 24 de abril de 2025

Assunto: Comunicação de ausência do País.

Senhor Presidente,

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 03/05/2025 a 08/05/2025.

Atenciosamente,

Senadora Margareth Buzetti
(PSD - MT)



Assinado eletronicamente, por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8454713336>



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

Ofício nº 027/2025 – GSDRIBEI

Assunto: Comunicação de filiação partidária.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, comunico minha filiação ao Partido Progressistas, em 23/04/2025.

Respeitosamente,

Senadora Daniella Ribeiro
Progressistas-PB



Assinado eletronicamente, por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3578873873>





SENADO FEDERAL
Bloco Parlamentar Democracia
(MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB)

SF/25689.97573-92

Ofício nº 018/2025/BLDEMO

Brasília, 24 de abril de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: Substituição de membro do Bloco Parlamentar Democracia na composição da CCJ

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, de acordo com a proporcionalidade partidária e nos termos regimentais, a indicação do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), como suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), para compor a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nas vagas destinadas ao Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB).

Atenciosamente,

Senador Efraim Filho
Líder do Bloco Parlamentar Democracia
(MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB)



Assinado eletronicamente, por Sen. Efraim Filho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5919177467>





SENADO FEDERAL
Bloco Parlamentar Democracia
(MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB)

SF/25118.97624-64

Ofício nº 19/BLDEMO/2025

Brasília, 24 de abril de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Indicação de membro do Bloco Democracia para compor a CMA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, nas vagas pertencentes ao Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB), o Senador **Efraim Filho** (UNIÃO/PB), como 4º Suplente, para compor a Comissão de Meio Ambiente no Senado Federal.

Atenciosamente,

Senador **Efraim Filho**
Líder do Bloco Parlamentar Democracia
(MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB)



Assinado eletronicamente, por Sen. Efraim Filho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7352066175>

Deferimento



A Presidência defere, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal, os Requerimentos:

- nº 189, de 2025-CDIR, do Senador Davi Alcolumbre, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa a fim de participar de missão oficial no Vaticano, no dia 26 de abril de 2025; e comunica, nos termos do art. 39, I, que estará ausente do País entre os dias 24 e 26 de abril de 2025;

- nº 191, de 2025-CDIR, da Senadora Leila Barros, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa a fim de participar de missão oficial no Vaticano, no dia 26 de abril de 2025; e comunica, nos termos do art. 39, I, que estará ausente do País entre os dias 25 e 27 de abril de 2025 (Ofício nº 0280.2025-PRESID).



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1835, DE 2025

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionaliza o crédito rural, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, para prever que a decisão administrativa que constatar o descumprimento de obrigações ambientais no imóvel rural durante a vigência do financiamento somente implicará a desclassificação da operação de crédito rural e o vencimento antecipado da dívida após a apreciação dos recursos administrativos cabíveis.

AUTORIA: Senador Dr. Hiran (PP/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1835/2025 [1 de 5]



PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionaliza o crédito rural, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, para *prever que a decisão administrativa que constatar o descumprimento de obrigações ambientais no imóvel rural durante a vigência do financiamento somente implicará a desclassificação da operação de crédito rural e o vencimento antecipado da dívida após a apreciação dos recursos administrativos cabíveis.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei prevê que a decisão administrativa que constatar o descumprimento de obrigações ambientais no imóvel rural durante a vigência do financiamento somente implicará a desclassificação da operação de crédito rural e o vencimento antecipado da dívida após a apreciação dos recursos administrativos cabíveis.

Art. 2º O parágrafo único do art. 37 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 37**

Parágrafo único. A decisão administrativa que constatar o descumprimento de obrigações ambientais no imóvel rural durante a vigência do financiamento somente implicará a desclassificação da operação de crédito rural e o vencimento antecipado da dívida após o trânsito em julgado do processo administrativo cabível.” (NR)

Art. 3º O art. 50 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º, com a seguinte redação:

“**Art. 50**



Assinado eletronicamente por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3778437107>

Avulso do PL 1835/2025 [2 de 5]



.....

§ 4º A decisão administrativa que constatar o descumprimento de obrigações ambientais no imóvel rural, durante a vigência do financiamento, somente implicará na desclassificação da operação de crédito rural e no vencimento antecipado da dívida, após a apreciação dos recursos administrativos cabíveis.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição legislativa surge em razão de uma lacuna existente na legislação brasileira sobre crédito rural que tem gerado grande insegurança jurídica e incertezas econômico-financeiras ao produtor rural, que pode ver sua atividade produtiva comprometida antes mesmo de lhe ser assegurado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

A desclassificação da operação de crédito rural e o vencimento antecipado da dívida, em caso de constatação de descumprimentos ambientais por parte do produtor rural, são necessários para se promover a observância de normas ambientais e para se garantir a higidez do sistema de crédito, reduzindo os riscos do credor. Entretanto, a imposição de graves prejuízos ao produtor rural, antes do trânsito em julgado administrativo, viola princípios básicos como a presunção de inocência e a não imposição de penalidades irreversíveis até que a decisão seja definitiva.

Ademais, a Constituição da República Federativa do Brasil, ao consagrar o devido processo legal (art. 5º, inciso LIV) e o contraditório e a ampla defesa (art. 5º, inciso LV), reforça a necessidade de se observar rigorosamente tais garantias em qualquer processo que gere danos irreversíveis, seja judicial ou administrativo.

Por outro lado, ressalta-se que a proposta de inclusão de parágrafo nos referidos dispositivos legais não pretende enfraquecer a proteção ambiental nem relativizar as obrigações impostas ao produtor rural. A legislação ambiental brasileira é robusta e confere aos órgãos de fiscalização poderes para apurar eventuais danos ao meio ambiente, aplicando as sanções cabíveis,



Assinado eletronicamente por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3778437107>

Avulso do PL 1835/2025 [3 de 5]



inclusive embargos e multas. O que se busca com o acréscimo legislativo é apenas assegurar que o produtor rural não seja punido de forma imediata, com desclassificação de crédito e antecipação de vencimento da dívida, sem antes ter a oportunidade de contestar a infração.

A importância desse dispositivo ganha destaque ao se observar a complexidade dos processos de apuração de infrações ambientais, os quais muitas vezes envolvem discussão técnica, perícias e divergências interpretativas sobre normas ambientais. A instauração de um processo administrativo, com a possibilidade de apresentação de defesa e recursos, é fundamental para comprovar a existência ou não de descumprimento das obrigações ambientais. Caso a sanção seja aplicada de forma imediata, sem a conclusão da análise de mérito na esfera administrativa, corre-se o risco de causar prejuízos irreparáveis ao produtor, inclusive financeiros, quando posteriormente se verificar que não havia fundamento para a penalidade.

Além disso, é preciso destacar a importância da previsibilidade nas relações de crédito rural. Programas de financiamento e de incentivo à produção agrícola exigem planejamento de médio e longo prazo. A possibilidade de uma consequência tão drástica – como o vencimento antecipado da dívida – ser imposta de maneira imediata desencoraja investimentos, prejudica o fluxo de caixa do produtor e gera instabilidade no agronegócio.

A solução proposta, portanto, visa harmonizar o respeito às normas ambientais com a segurança jurídica. Ao condicionar a produção dos efeitos da decisão administrativa ao esgotamento das instâncias recursais, cria-se uma salvaguarda para o exercício pleno do contraditório e da ampla defesa. Caso, ao final do processo administrativo, fique efetivamente constatada a infração ambiental e não existam outras vias de recurso, a desclassificação da operação de crédito e o vencimento antecipado da dívida estarão então legitimados, resguardando, ainda assim, a legalidade e a proporcionalidade das medidas.

Sala das Sessões,

Senador DR. HIRAN



Assinado eletronicamente por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3778437107>

Avulso do PL 1835/2025 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 4.829, de 5 de Novembro de 1965 - LEI-4829-1965-11-05 - 4829/65

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1965;4829>

- art37_par1u

- Lei nº 8.171, de 17 de Janeiro de 1991 - Lei da Política Agrícola - 8171/91

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8171>

- art50





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1836, DE 2025

Altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 9.474, de 22 de julho de 1997, para restringir o acesso ao benefício de prestação continuada (BPC) por parte de solicitantes de refúgio antes da decisão definitiva sobre a solicitação, e para ampliar o acesso ao benefício às pessoas com deficiência.

AUTORIA: Senador Dr. Hiran (PP/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1836/2025 [1 de 5]



PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 9.474, de 22 de julho de 1997, para restringir o acesso ao benefício de prestação continuada (BPC) por parte de solicitantes de refúgio antes da decisão definitiva sobre a solicitação, e para ampliar o acesso ao benefício às pessoas com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o benefício de prestação continuada estabelecido na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para restringir-lhe o acesso por parte de solicitantes de refúgio antes da decisão definitiva sobre a solicitação, e para ampliar seu acesso às pessoas com deficiência.

Art. 2º O § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 20.**.....

§ 3º Observados os demais critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, terão direito ao benefício financeiro de que trata o *caput* deste artigo a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda mensal *per capita* de até um salário-mínimo.

.....” (NR)

Art. 3º O art. 10 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“**Art. 10**

§ 3º O solicitante, ou seus familiares, não poderá pleitear acesso ao benefício de prestação continuada instituído pelo art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, antes da conclusão favorável e



Assinado eletronicamente por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/308311172>

Avulso do PL 1836/2025 [2 de 5]



definitiva da solicitação a que se refere o *caput* deste artigo e da posse dos documentos a que se refere o art. 6º desta Lei.” (NR)

Art. 4º O art. 3º desta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e o art. 2º desta Lei entra em vigor no ano seguinte ao de sua inclusão no orçamento público federal.

JUSTIFICAÇÃO

Todos sabemos das dificuldades enfrentadas por aqueles que têm, em sua família, uma pessoa com deficiência que a incapacite para a vida social. A pessoa com deficiência não apenas sofre, mas gera dificuldades também para as que a assistem.

Se nos colocarmos no lugar das famílias que atendem pessoas com tal condição, sem maiores esforços compreenderemos que a linha de pobreza definida no § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, é amplamente insuficiente para a interminável lida com as pessoas com deficiência. É por causa disso que estamos propondo a elevação da linha de pobreza referida acima. Nossa sugestão é capaz não apenas de melhorar a vida das pessoas com aquelas deficiências, mas também de lançar à vida social, econômica e cultural todos os familiares que se dedicam aos cuidados com as pessoas com deficiência. Assim, o benefício de prestação continuada (BPC) poderá emancipar centenas de milhares de pessoas e o Brasil, antes de tudo, é que se beneficiará com isso.

Por outro lado, tem havido abusos na solicitação do BPC por parte de pessoas que adentram as fronteiras brasileiras e solicitam o benefício com intenções não muito bem definidas – em parte porque isso é simplesmente possível dada a generosidade da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a LOAS. Nossa intenção, agora restritiva, é a de preservar o direito de solicitar o BPC para todos os que a ele façam jus, evitando fraudes e enganos. E a medida que escolhemos foi tão simples quanto eficaz: inscrever na Lei o bom senso de não se conceder a alguém dinheiros públicos antes de definitivamente constituído seu direito a tais benefícios. A nosso ver, é assim que se deve ser generoso: sopesando responsabilidades e inibindo os meios pelos quais pessoas com intenções fraudulentas possam retirar recursos daqueles plenamente intitulados a eles.



Assinado eletronicamente por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/308311172>

Avulso do PL 1836/2025 [3 de 5]



São essas as razões pelas quais pedimos aos nobres e às nobres Pares seu apoio a este Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador DR. HIRAN



Assinado eletronicamente por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3083111772>

Avulso do PL 1836/2025 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (1993) - 8742/93

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8742>

- art20

- art20_par3

- Lei nº 9.474, de 22 de Julho de 1997 - LEI-9474-1997-07-22 - 9474/97

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997;9474>

- art10





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1838, DE 2025

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal".

AUTORIA: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1838/2025 [1 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

SF/25883.42290-99

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os artigos 19 e 26-B, § 1º, I, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal"

Art. 2º A Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13 As terras rurais de domínio da União, dos Estados e dos Municípios ficam destinadas, preferencialmente, à execução da reforma agrária ou da titulação sobre terras públicas passíveis de serem regularizadas. (NR)

Art.15-A A aquisição de áreas para implantação de assentamentos da reforma agrária obriga a União a realizar planejamento físico-financeiro para as etapas subsequentes de implantação, desenvolvimento e consolidação de assentamentos, conforme estabelecido em ato do poder executivo.

Art. 15-B A comprovação de demanda social para seleção de famílias e criação de um novo assentamento se dará por meio da identificação, da escolha e do enquadramento das famílias nos requisitos necessários para serem assentadas, por meio de interação com a base governamental do CadÚnico. Todo o trâmite de pré-cadastro, inscrição e de seleção de famílias para vagas em assentamentos deverá ocorrer de forma digital, através da Plataforma de Governança Territorial (PGT), gerida pelo órgão fundiário federal, de forma a oferecer mais transparência e agilidade ao público da reforma agrária.

Art.15-C Os municípios deverão ser consultados em ato do poder executivo quando da implantação de novos projetos de assentamento, quanto à possibilidade de disponibilização e manutenção de estrutura básica de apoio coletivo nas áreas dos projetos sob sua competência,



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli - Telefone: +55 (61) 3303-2714

Assinado eletronicamente por Sen Jaime Bagattoli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7428285100>

Avulso do PL 1838/2025 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

em especial quanto ao atendimento local de saúde e educação aos futuros beneficiários da reforma agrária e suas famílias.

Art. 17

§ 9º A União dará prioridade às etapas de desenvolvimento e consolidação dos projetos de assentamentos já existentes, de forma a garantir o pleno atingimento do objetivo final da reforma agrária, com a fixação das famílias assentadas na terra, titulação das glebas e disponibilização de recursos indispensáveis para promover a produção e renda suficiente para garantia da qualidade de vida das famílias já assentadas”.

§ 10º No caso de adjudicação de terras para a reforma agrária será necessário a comprovação prévia de transferência dos recursos financeiros entre a União, o Incra e a entidade credora no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Dessa forma, o Incra necessitará de dispor de recursos financeiros para obter uma propriedade rural por meio da adjudicação em execução judicial movida pela União ou outra entidade federal.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) tem como objetivo a distribuição de terras, a promoção da justiça social no campo e a ampliação da produtividade agrícola por meio da fixação das famílias assentadas. Segundo o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), a política se estrutura nas seguintes etapas:

1) Implantação de Assentamentos: obtenção do imóvel rural, seleção de famílias e criação do assentamento;



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714

Assinado eletronicamente por Sen Jaime Bagattoli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7428285100>

Avulso do PL 1838/2025 [3 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

2) Desenvolvimento de Assentamentos: emissão do título provisório (Contrato de Concessão de Uso – CCU), aplicação de créditos para desenvolver o programa, investimento em infraestrutura e assistência técnica;

3) Consolidação de Assentamentos: georreferenciamento da parcela do assentado, emissão do título definitivo, passagem da área de domínio público para o particular, e inserção das famílias nas políticas de agricultura familiar.

No entanto, auditorias recentes de órgãos de controle apontam para falhas severas na implementação e na consolidação dos assentamentos rurais, além de indícios de irregularidades na destinação de recursos públicos.

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio dos Acordões 438/2021 e 816/2024, revelou a existência de mais de 205 mil lotes vagos em projetos de reforma agrária, abrangendo 17 milhões de hectares, o que demonstra uma grave falta de planejamento e acompanhamento por parte do governo federal. Além disso, 580 mil beneficiários apresentam indícios de irregularidades, sendo que um percentual significativo é composto por funcionários públicos e empresários, desviando o propósito social do programa.

Além disso, em julho de 2024, a Controladoria Geral da União – CGU publicou relatório de avaliação do Processo de Consolidação de assentamentos rurais, sob responsabilidade do Incra, no âmbito de sua missão institucional de execução da Reforma Agrária. O objetivo do estudo foi coletar a percepção das famílias assentadas quanto à atuação do Incra na Reforma Agrária, especialmente sobre acesso à água, à energia elétrica e saneamento básico; titulação e eventuais dificuldades na produção e comercialização.

O Relatório da CGU revelou fragilidades na comunicação entre a sede e as unidades regionais do Incra, ausência de identificação de pendências nos assentamentos e a não publicação de atos de consolidação nos últimos anos. A pesquisa da CGU também constatou a lentidão ou inexistência do processo de titulação definitiva, gerando insegurança jurídica para os produtores. Apenas 27% dos assentados consideram a renda da produção suficiente para sua subsistência, refletindo a falta de apoio e infraestrutura

Um exemplo claro dessa priorização de distribuição de terras em detrimento da consolidação dos assentamentos existentes é o Decreto 11.995/2024, que estabelece 17 modalidades de aquisição de terras, ignorando as etapas posteriores da reforma agrária, como o desenvolvimento e a consolidação dos assentamentos. Essa norma se relaciona diretamente ao Decreto 11.637/2023, que alterou a pontuação para a seleção de beneficiários da reforma agrária, aumentando de 5 para 20 pontos a pontuação de pessoas acampadas, em desacordo com recomendações do TCU. Tal medida favorece movimentos invasores em detrimento de outros postulantes, ferindo o princípio da impessoalidade do artigo 37 da Constituição.

Portanto, o referido projeto propõe uma mudança de foco da Política Nacional da Reforma Agrária, com priorização da consolidação e emancipação dos assentamentos. Além disso, prioriza a política de regularização fundiária, tanto dos assentamentos, quanto



Senado Federal – Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli - Telefone: +55 (61) 3303-2714

Assinado eletronicamente por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7428285100>

Avulso do PL 1838/2025 [4 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

dos produtores sobrepostos em glebas públicas federais, para a efetiva titulação definitiva dos imóveis rurais.

Por fim, o projeto estabelece que qualquer aquisição de imóvel por meio da adjudicação em execução judicial movida pela União ou outra entidade federal, dependerá da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros suficientes para a operação, garantindo a transparência das contas públicas e a responsabilidade fiscal.

Assim, submeto esta proposição aos ilustres pares, rogando o imprescindível apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2025

JAIME BAGATTOLI
Senador da República



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714

Assinado eletronicamente por Sen. Jaime Bagattoli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7428285100>

Avulso do PL 1838/2025 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art37

- Decreto nº 11.637, de 16 de Agosto de 2023 - DEC-11637-2023-08-16 - 11637/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2023;11637>

- Decreto nº 11.995, de 15 de Abril de 2024 - DEC-11995-2024-04-15 - 11995/24

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2024;11995>

- Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964 - Estatuto da Terra - 4504/64

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1964;4504>

- Lei nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993 - Lei da Reforma Agrária - 8629/93

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8629>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1857, DE 2025

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para condicionar a exportação de metais recicláveis e sucata metálica listados, ao atendimento da demanda do mercado interno.

AUTORIA: Senador Giordano (MDB/SP)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1857/2025 [1 de 8]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Giordano

SF/25651.90557-20

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para condicionar a exportação de metais recicláveis e sucata metálica listados, ao atendimento da demanda do mercado interno.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), para incluir restrições à exportação de metais recicláveis e sucata metálica listados, garantindo o pleno abastecimento da indústria nacional.

Art. 2º A Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 49-A:

“Art. 49-A. A exportação de metais recicláveis e sucata metálica, classificados nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) abaixo listados, somente será permitida após a comprovação do pleno atendimento da demanda interna e do devido retorno desses materiais ao ciclo produtivo nacional:

I - 7404.00.00 (desperdícios e sucatas de cobre);

II - 7503.00.00 (desperdícios e sucatas de níquel);

III - 7602.00.00 (desperdícios e sucatas de alumínio);

IV - 7802.00.00 (desperdícios e sucatas de chumbo);

V - 7902.00.00 (desperdícios e sucatas de zinco);

VI - 8002.00.00 (desperdícios e sucatas de estanho).



Assinado eletronicamente por Sen. Giordano

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9826214190>

Avulso do PL 1857/2025 [2 de 8]



§ 1º A exportação dependerá de autorização expressa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que certificará que a indústria nacional não sofre impacto negativo em sua cadeia produtiva devido à escassez de matéria-prima reciclável.

§ 2º O MDIC deverá emitir sua decisão no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da solicitação do exportador, podendo, a qualquer tempo, suspender ou limitar a emissão dessas certificações caso identifique risco ao abastecimento interno.

§ 3º O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços regulamentará os critérios para aferição da disponibilidade interna de materiais metálicos recicláveis, considerando:

I - A capacidade instalada da indústria de reciclagem e transformação de metais no Brasil;

II - A demanda anual de sucata pelas indústrias de transformação e demais indústrias consumidoras;

III - A viabilidade econômica e ambiental do processamento interno dos resíduos metálicos.

§ 4º O descumprimento deste artigo sujeitará o exportador às seguintes penalidades:

I - Multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da sucata metálica exportada sem a devida certificação do MDIC;

II - Perdimento da mercadoria, nos termos da legislação aduaneira;

III - Restrições ao comércio exterior de sucata metálica, incluindo a suspensão temporária da habilitação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) por até 12 meses;

IV - Perda de benefícios fiscais vinculados à reciclagem, nos termos previstos na regulamentação.

§ 5º O Poder Executivo regulamentará os procedimentos para concessão da certificação referida no § 1º, bem como os mecanismos de fiscalização e controle da exportação de metais recicláveis.” (NR)

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de *90 dias a partir de sua publicação*.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente por Sen. Girardani

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9826214190>

Avulso do PL 1857/2025 [3 de 8]



JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem por objetivo incluir salvaguardas para o mercado interno na exportação de metais recicláveis e sucata metálica, garantindo que a matéria-prima essencial para a indústria brasileira esteja prioritariamente disponível para o abastecimento nacional antes de ser enviada para outros países.

Os materiais contemplados por esta proposta, cobre, níquel, alumínio, chumbo, zinco e estanho, são todos metais não ferrosos, altamente recicláveis, com ampla aplicação industrial e significativa importância estratégica. A sucata metálica desses metais representa uma fonte valiosa de matéria-prima secundária, que pode ser reinserida no ciclo produtivo com benefícios econômicos, ambientais e sociais.

O Brasil é um dos maiores exportadores de sucata metálica do mundo, e grande parte desse material poderia ser reintegrado à economia nacional, reduzindo custos produtivos e os impactos ambientais da extração de minérios. No entanto, a ausência de uma regulamentação específica tem causado dificuldades para a indústria nacional, que, em alguns momentos, enfrenta escassez desse insumo essencial.

A sucata metálica possui características que o tornam essencial para a construção de uma economia moderna, circular e de baixo carbono. Trata-se de material leve, resistente, durável e reciclável, com amplas aplicações em setores-chave como transporte, embalagens sustentáveis, construção civil, energia renovável e tecnologias avançadas. A reciclagem de sucata de alumínio, por exemplo, além de reduzir significativamente os impactos ambientais associados à produção primária, consome apenas cerca de 5% da energia necessária para produzir o alumínio virgem, além de gerar até 97% menos emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Atualmente, o Brasil é referência global em reciclagem de alumínio. Aproximadamente 60% de todo o alumínio manufaturado no país tem origem em material reciclado, índice que representa o dobro da média mundial. Um dos exemplos mais emblemáticos é o sistema de reciclagem de latas de alumínio para bebidas, que alcança taxas de recuperação superiores a 95%, sendo considerado um dos modelos mais eficientes de economia circular do mundo.

Entretanto, essa estrutura produtiva exemplar tem sido colocada em risco diante da intensificação recente das exportações de sucata de alumínio. Apenas entre 2022 e 2024, o Brasil registrou um aumento de 176% nas exportações dessa matéria-prima, sobretudo para países asiáticos como China, Coreia do Sul e Índia. No mesmo período, as importações brasileiras de sucata de alumínio recuaram 24%, agravando a escassez de insumos no mercado doméstico.

Esse desequilíbrio já impacta diretamente a sustentabilidade econômica da indústria nacional de reciclagem, restringindo o acesso à matéria-prima e afetando o



Assinado eletronicamente por Sen. Girardano

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9826214190>

Avulso do PL 1857/2025 [4 de 8]



funcionamento de toda a cadeia produtiva — incluindo pequenos operadores, cooperativas e catadores, que têm papel crucial na coleta e triagem de resíduos. A pressão sobre a oferta interna tem levado inclusive à subutilização da capacidade instalada das recicladoras nacionais, comprometendo empregos, renda e competitividade industrial.

Além disso, a exportação indiscriminada de sucatas recicláveis pode gerar desequilíbrios na balança comercial de materiais recicláveis, impactando diretamente setores estratégicos como a indústria de transformação, a fabricação de eletrodomésticos e outros segmentos que dependem da reciclagem para reduzir custos e emissões de carbono.

É importante ressaltar que a priorização da sucata para o mercado interno fortalece a cadeia de reciclagem nacional, preservando empregos e impulsionando o desenvolvimento socioeconômico em setores diretamente ligados à coleta, separação e processamento desses materiais.

Esse cenário contrasta com a decisão recente do Congresso Nacional e do Governo Federal, materializada na Lei nº 15.088/2025, que veda a importação de resíduos sólidos, excetuando explicitamente materiais destinados à transformação de minerais estratégicos, como os resíduos de metais e materiais metálicos, como expressamente constante da lei. A ressalva à importação dos referidos resíduos metálicos nessa legislação é um reconhecimento institucional claro da insuficiência da oferta interna para atender à demanda da indústria brasileira. Ou seja, se a própria legislação vedou a importação de resíduos com exceção dos resíduos de metais e materiais metálicos, por sua relevância estratégica, não faz sentido permitir a saída irrestrita dessa mesma sucata para o exterior, desabastecendo o mercado nacional.

A presente proposição, portanto, não se configura como uma medida de proibição à exportação, mas sim como um instrumento de equilíbrio de mercado, ao estabelecer que a saída para outros países só será permitida mediante a comprovação de que a demanda interna foi plenamente atendida. Essa avaliação será realizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com base em critérios técnicos objetivos, como a capacidade instalada de reciclagem e transformação, a demanda do setor produtivo e a viabilidade econômica e ambiental do processamento interno.

Adicionalmente, deve-se considerar que as exportações da sucata de metal, em sua forma bruta e sem agregação de valor, representam uma perda de oportunidade para a economia brasileira. O material, frequentemente destinado a países concorrentes diretos da indústria nacional, retorna ao Brasil como produto acabado, mais caro e sem geração de empregos ou valor agregado local. Essa lógica colide frontalmente com os princípios da política de reindustrialização verde e do fortalecimento das cadeias produtivas locais.

A medida também está em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que prioriza a reciclagem e a reinserção dos materiais no ciclo produtivo como forma de reduzir os impactos ambientais e fortalecer a economia circular. Alinha-se, ainda, à Nova Indústria Brasil



Assinado eletronicamente por Sen. Girardani

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9826214190>

Avulso do PL 1857/2025 [5 de 8]



(NIB) e à Estratégia Nacional de Economia Circular, bem como aos compromissos internacionais assumidos pelo país no âmbito do Acordo de Paris.

Além disso, é essencial reconhecer que esta medida reforça a logística reversa, um dos pilares da Política Nacional de Resíduos Sólidos, ao garantir que os resíduos gerados no país retornem à cadeia produtiva interna, promovendo eficiência econômica e redução de impactos ambientais. Exportar resíduos recicláveis antes de seu aproveitamento interno representa um retrocesso do ponto de vista da circularidade de materiais.

Outro aspecto que merece destaque é que, ao exportar sucata metálica para depois importar esse mesmo tipo de material — muitas vezes a um custo mais alto e com pegada ambiental maior — o Brasil abdica da soberania sobre seus recursos recicláveis e contribui, paradoxalmente, para que outros países atinjam suas metas ambientais com o aproveitamento de matéria-prima reciclável brasileira, enquanto o próprio país enfrenta dificuldades no cumprimento de seus compromissos.

É também preciso considerar o impacto social desta distorção: enquanto a exportação favorece grandes sucateiros e empresas comercializadoras, que operam em larga escala e visam prioritariamente o mercado externo, cooperativas, catadores e recicladores locais são prejudicados pela escassez e encarecimento do material. A medida proposta visa justamente restaurar esse equilíbrio, ao proteger os mais vulneráveis na cadeia da reciclagem, garantir inclusão produtiva e preservar milhares de empregos.

A proposição encontra-se igualmente em consonância com os objetivos da Lei nº 14.902/2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover). Essa política pública, voltada à transformação da indústria da mobilidade e à incorporação de critérios de sustentabilidade, prevê incentivos ao uso de materiais recicláveis e inovação verde. Autorizar, sem critérios, a exportação de metais recicláveis em prejuízo da indústria nacional caminha em sentido contrário ao que o ordenamento jurídico pátrio busca construir.

Por fim, destaca-se que a aprovação desta proposta legislativa permitirá que o Brasil leve à COP 30, que será sediada em solo brasileiro, um exemplo concreto e robusto de política pública de economia circular, reindustrialização sustentável e inclusão social. Trata-se de uma ação com potencial de grande impacto simbólico e material, capaz de projetar o Brasil como referência global em reciclagem e políticas climáticas integradas à justiça social.

Portanto, a aprovação deste projeto de lei representa uma resposta estratégica e necessária para assegurar o fornecimento adequado dos resíduos metálicos à indústria nacional, estimular a geração de empregos verdes, preservar o meio ambiente e garantir o protagonismo brasileiro na economia de baixo carbono. Trata-se de uma iniciativa equilibrada, responsável e absolutamente coerente com os objetivos de desenvolvimento industrial e sustentabilidade do país.

Diante do exposto, conclama-se o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta importante proposição.



Assinado eletronicamente por Sen. Girardano

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9826214190>

Avulso do PL 1857/2025 [6 de 8]



Sala das Sessões,

SENADOR GIORDANO

MDB/SP



Assinado eletronicamente por Sen. Giordano

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9826214190>

Avulso do PL 1857/2025 [7 de 8]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010 - Lei de resíduos sólidos - 12305/10
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010;12305>
- Lei nº 14.902 de 27/06/2024 - LEI-14902-2024-06-27 - 14902/24
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024;14902>
- Lei nº 15.088 de 06/01/2025 - LEI-15088-2025-01-06 - 15088/25
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2025;15088>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 312, DE 2025

Requer informações ao Senhor Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, sobre a doação da empresa Vale de 33 mil hectares ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST para realizar a reforma agrária por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

AUTORIA: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 312/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, Paulo Teixeira, informações sobre a doação da empresa Vale de 33 mil hectares ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST para realizar a reforma agrária por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, Paulo Teixeira, informações sobre a doação da empresa Vale de 33 mil hectares ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST para realizar a reforma agrária por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais estudos técnicos foram ou serão realizados para avaliar a viabilidade das 138 fazendas, sítios e áreas doadas pela Vale para a criação de assentamentos?



2. Quais os critérios técnicos que serão utilizados para determinar se as áreas são adequadas para a reforma agrária, considerando fatores como qualidade do solo, disponibilidade de água e infraestrutura?
3. Como será garantida a infraestrutura necessária para a criação de assentamentos sustentáveis nessas áreas, incluindo acesso a água, energia, estradas e serviços básicos?
4. Como será o processo de seleção das famílias que serão assentadas nas áreas doadas?
5. Quais os critérios de prioridade que serão utilizados na seleção? garantindo que as famílias mais necessitadas sejam beneficiadas.
6. Qual o papel do MST no processo de doação das terras e na criação dos assentamentos?
7. Haverá alguma forma de participação do MST no processo de seleção das famílias ou na gestão dos assentamentos?
8. Como o INCRA garantirá a transparência e a imparcialidade do processo, evitando qualquer tipo de interferência indevida?
9. Qual a justificativa para a doação "voluntária" de terras pela Vale, considerando o contexto do "Abril Vermelho" e as invasões de propriedades rurais pelo MST?
10. Como o INCRA avalia a alegação da Vale de que a doação é uma forma de "responsabilidade social", considerando o histórico de conflitos agrários no Brasil?
11. Como o INCRA pode garantir que a doação dessas terras não será utilizada como forma de incentivo a invasões de propriedades rurais?



JUSTIFICAÇÃO

De acordo com matéria veiculada pela revista Veja no dia 13 de abril de 2025 (<https://veja.abril.com.br/brasil/o-agrado-da-vale-ao-mst-e-ao-governo-lula-no-abril-vermelho/>), a Vale decidiu fazer um “agrado” ao MST e ao governo Federal. A empresa mineradora fechou um acordo de cooperação técnica com o Incra, pelo qual vai doar 138 fazendas, sítios e áreas para o assentamento de famílias para a política da reforma agrária.

De acordo com a Vale, a doação é por conta da empresa ser “socialmente responsável”. No entanto, a ação da empresa pode ser interpretada não apenas como um estratégia de responsabilidade social, podendo possuir alguns outros simbolismos. O acordo foi assinado no último dia 2 da abril, quando o MST estava lançando o “Abril Vermelho”, que já contabiliza mais de 20 de invasões de propriedades rurais em todo o Brasil, em dez estados, somando 30 invasões em 2025 de acordo com dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Conforme informações fornecidas pela Vale, a cessão das terras foi feita de “forma voluntária”, e “atenta ao papel de empresa socialmente responsável”. Segundo a empresa, o Incra vai elaborar os estudos técnicos para a regularização fundiária dos imóveis, que serão destinados ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

A presente solicitação de informações ao MDA, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), se justifica pela necessidade de transparência e controle social sobre a destinação de terras públicas e privadas para fins de reforma agrária, especialmente em um contexto de debates e tensões relacionados à questão fundiária no Brasil.

Considerando a magnitude da área envolvida (33 mil hectares), a alegação de doação "voluntária" por uma empresa privada em meio a ações de mobilização social ("Abril Vermelho") e o potencial impacto na política de reforma agrária, torna-se imprescindível obter esclarecimentos acerca da motivação da doação, viabilidade técnica e interferência do MST na seleção das famílias.



A obtenção dessas informações é essencial para o exercício da função parlamentar de fiscalização e para fornecer respostas claras à sociedade sobre a condução da política de reforma agrária e a destinação de terras no país.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2025.

Senador Jaime Bagattoli
(PL - RO)



Requerimento nº 312, de 2025, do Senador Jaime Bagattoli, solicitando informações ao Senhor Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, sobre a doação da empresa Vale de 33 mil hectares ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST para realizar a reforma agrária por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 313, DE 2025

Requer a oitiva da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o Projeto de Lei nº 1600/2025.

AUTORIA: Senador Dr. Hiran (PP/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 313/2025 [1 de 2]





SENADO FEDERAL

SF/25632.97663-71 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 1600/2025, que “cria o Programa de Aviação Regional da Região Norte”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2025.

Senador Dr. Hiran
(PP - RR)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 314, DE 2025

Requer voto de aplauso à CGADB – Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, pela realização da 47ª AGO – Assembleia Geral Ordinária, no período de 18 a 21 de abril do ano em curso.

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 314/2025 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/25137.55140-76 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à CGADB – Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, pela realização da 47ª AGO – Assembleia Geral Ordinária, no período de 18 a 21 de abril do ano em curso. Na ocasião, a Nova Mesa Diretora e os conselheiros da entidade foram eleitos e tomaram posse para o quadriênio 2025-2029.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Na ocasião, foram eleitos e tomaram posse os membros da Nova Mesa Diretora, bem como os conselheiros da entidade. Sob o tema “Cheios do Espírito Santo para anunciar com ousadia a Palavra de Deus”, com base na passagem bíblica de Atos 4.31, a Palavra de Deus foi ministrada pelo pastor José Wellington Costa Júnior. Como de costume, a diretoria e obreiros da Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Estado do Pará (COMIEADEPA) estiveram presentes com participação efetiva no referido conclave espiritual e indicação de 12 conselheiros para compor a gestão da instituição maior da Assembleia de Deus no Brasil, a saber:



- 1- Pr. Wilson Pinheiro Brandão – Suplente – 5º vice-presidente;
 - 2- Pr. Océlio Nauar de Araújo – Conselho Regional Norte;
 - 3- Pr. Carlos Ary Gomes – Conselho de Ética e Disciplina;
 - 4- Pr. José Hamilton Amarante – Conselho Consultivo;
 - 5- Pr. Nelito Correa Lopes – Conselho Político;
 - 6- Pr. Saulo de Tarso Correa Farias – Conselho da Juventude;
 - 7- Pr. Weverton Smith Araújo Ribeiro – Conselho de Comunicação e
Imprensa;
 - 8- Pr. Nildson Siqueira Farias – Conselho de Missões;
 - 9- Pr. Josué Nauar de Araújo – Conselho de Educação;
 - 10- Pr. Ederson da Silva dos Reis – Conselho Jurídico;
 - 11- Pr. Washinton Alves Gomes – Comissão de Evangelismo e
Discipulado;
 - 12- Pr. Jaime Fernandes Pires – Conselho da CPAD.
- Sala das Sessões, 24 de abril de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Apresentado o Requerimento nº 314, de 2025, do Senador Zequinha Marinho, *solicitando o envio de voto de aplauso à CGADB – Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, pela realização da 47ª AGO – Assembleia Geral Ordinária, no período de 18 a 21 de abril do ano em curso.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 315, DE 2025

Requer voto de aplauso ao Sr. Océlio Nauar, pela posse como novo presidente da Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Estado do Pará (COMIEADEPA).

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 315/2025 [1 de 3]



REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Pr. Océlio Nauar de Araújo, pela posse como novo presidente da Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Estado do Pará (COMIEADEPA).

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Atual presidente da Assembleia de Deus em Tucuruí, no sudeste do Pará, o reverendo Océlio Nauar é um nome respeitado entre os evangélicos paraenses. Com mais de 40 anos de ministério, iniciou sua trajetória em 1981 e já liderou igrejas nos municípios paraenses de Cametá, Baião, Novo Repartimento e Monte Alegre.

Conhecido em todo o estado por sua postura ética, experiência pastoral e dedicação à obra da Assembleia de Deus, o pastor assume o novo cargo com o compromisso de manter a unidade da igreja, trabalhando pelo fortalecimento da fé e contribuindo para avançar com os projetos da convenção.



Pastor Océlio tem destacado que sua gestão será marcada por transparência, diálogo e restauração da confiança. Ele também reafirmou seu compromisso com os princípios bíblicos e a missão evangelizadora da igreja.

Além da atuação pastoral, é formado em Teologia, Filosofia e Administração Escolar, e atualmente dirige uma faculdade teológica no Pará, contribuindo para a formação de novos líderes religiosos.

Agora à frente da COMIEADEPA, Océlio Nauar assume a missão de conduzir uma das maiores convenções evangélicas da Região Norte, que reúne milhares de ministros e igrejas em todo o estado do Pará.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Apresentado o Requerimento nº 315, de 2025, do Senador Zequinha Marinho, *solicitando o envio de voto de aplauso ao Sr. Océlio Nauar de Araújo, pela posse como novo presidente da Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Estado do Pará (COMIEADEPA).*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 316, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o pontificado de Sua Santidade o Papa Francisco, com especial ênfase à sua luta incansável em defesa da paz, dos pobres e marginalizados, e pelos cuidados com a casa comum que gerou a encíclica "Laudato Si" traduzida em importante contribuição para a agenda ambiental e climática do planeta, que encontra importante desdobramento na realização da COP 30, marcada para novembro deste ano, na cidade de Belém do Pará.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 316/2025 [1 de 4]



REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, a ser realizada em data oportuna, com o objetivo prestar homenagem ao pontificado de Sua Santidade o Papa Francisco, com especial ênfase à sua luta incansável em defesa da paz, dos pobres e marginalizados, e pelos cuidados com a casa comum que gerou a encíclica "Laudato Si'" traduzida em importante contribuição para a agenda ambiental e climática do planeta, que encontra importante desdobramento na realização da COP 30, marcada para novembro deste ano, na cidade de Belém do Pará.

JUSTIFICAÇÃO

Jorge Mario Bergoglio foi o primeiro papa vindo do hemisfério sul, o primeiro jesuíta e o primeiro latino-americano a ocupar o Trono de São Pedro. Nascido em Buenos Aires, na Argentina, filho de imigrantes italianos e profundamente enraizado na realidade social do povo latino-americano, Bergoglio trouxe ao papado uma nova sensibilidade, mais próxima das dores e esperanças dos povos do sul global. Sua escolha do nome "Francisco", em homenagem a São Francisco de Assis, já indicava o rumo que sua liderança espiritual tomaria: uma Igreja voltada para os pobres, comprometida com a paz e com a preservação da natureza.

Durante mais de uma década como pontífice, Francisco foi um incansável defensor da justiça social. Denunciou com firmeza a cultura da exclusão, o culto ao dinheiro e o sistema econômico que descarta seres humanos como



se fossem objetos. Em diversas ocasiões, afirmou que "esta economia mata", desafiando estruturas globais que aprofundam as desigualdades e o sofrimento. Foi um papa do povo, das periferias, dos migrantes e refugiados, dos trabalhadores informais, dos desempregados, dos encarcerados, dos esquecidos.

Francisco compreendia que os desafios contemporâneos são interconectados. Em sua notável encíclica 'Laudato si', de 2015, propôs uma ecologia integral: um chamado profético para repensarmos nossa relação com a criação, com os pobres e com o futuro do planeta. Foi o primeiro papa a dedicar uma encíclica inteiramente à crise ecológica. Denunciou a destruição da Amazônia, os efeitos das mudanças climáticas, o extrativismo predatório e o consumismo desenfreado. Apelou aos líderes mundiais para que tomassem decisões responsáveis nas conferências do clima. Dirigiu-se aos jovens, aos cientistas, aos povos indígenas, convocando uma aliança universal pelo cuidado da casa comum.

Para nós, brasileiros e amazônidas, o Papa Francisco terá sempre um lugar especial em nossa memória e gratidão. Seu compromisso com a Amazônia foi firme e explícito. Em 2019, convocou o Sínodo para a Amazônia, dando visibilidade mundial aos povos indígenas, comunidades tradicionais e aos desafios socioambientais da região. Recebeu lideranças amazônicas no Vaticano, ouviu suas denúncias, suas esperanças, suas culturas e espiritualidades. Esse sínodo não apenas lançou luz sobre a devastação da floresta, mas também sobre a resistência e a dignidade dos povos que nela habitam.

Sua Santidade o Papa Francisco assumiu papel de destaque propondo uma "ecologia integral" que compreende a interdependência entre o ser humano, a natureza e as estruturas sociais e econômicas. Desde então, o Papa tem sido uma voz firme no apelo por uma transformação global orientada pela solidariedade, pelo cuidado e pela responsabilidade compartilhada.

O papado de Francisco se caracterizou por profundas mudanças na forma como a Igreja se posiciona diante dos desafios do século XXI, tornando-se



uma aliada das causas sociais, dos direitos humanos e da preservação ambiental. Ao propor um olhar compassivo e comprometido com os mais vulneráveis e com o planeta, o Papa ofereceu ao mundo um exemplo de liderança ética e espiritual que transcende fronteiras religiosas e políticas.

Neste sentido, homenagear o pontificado de Sua Santidade o Papa Francisco é um reconhecimento desta casa à sua trajetória e compromisso, e um chamado à ação, sobretudo por ocasião da COP 30, que representa um momento decisivo nas tratativas internacionais voltadas ao enfrentamento da crise climática. Esta será a primeira vez que a Amazônia — região central para o equilíbrio ecológico do planeta — será sede de uma conferência dessa magnitude. Neste contexto, é fundamental reconhecer os esforços de lideranças mundiais que vêm contribuindo para o fortalecimento do diálogo e da ação em prol da justiça socioambiental.

Diante disso, a realização de uma Sessão Especial em sua homenagem, por ocasião da COP 30, é não apenas o reconhecimento do Senado Federal ao papel transformador desempenhado por Sua Santidade, mas também um gesto simbólico de apoio ao chamado urgente por justiça climática, responsabilidade intergeracional e compromisso com o futuro comum da humanidade.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2025.

Senador Beto Faro
(PT - PA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 317, DE 2025

Requer a retirada definitiva do Projeto de Lei nº 1.657/2025.

AUTORIA: Senador Giordano (MDB/SP)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 317/2025 [1 de 2]





SENADO FEDERAL

SF/25570.93417-00 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PL 1657/2025, que “altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para condicionar a exportação de metais recicláveis e sucata metálica ao atendimento da demanda do mercado interno”.

Sala das Reuniões, 24 de abril de 2025.

Senador Giordano
(MDB - SP)



Foi apresentado o Requerimento nº 317, de 2025, do Senador Giordano, de retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei nº 1.657, de 2025.

A Presidência defere o Requerimento, e encaminha o Projeto de Lei nº 1.657, de 2025, ao Arquivo.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Paraíba

S/Partido - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Alagoas

PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 25 MDB-11 / UNIÃO-7 / PODEMOS-4 / PSDB-3

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayne Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 18 PSD-14 / PSB-4

Angelo Coronel.	PSD / BA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 15 PL-14 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Dra. Eudócia.	PL / AL
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC

Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12 PT-9 / PDT-3

Ana Paula Lobato.	PDT / MA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Aliança - 10 PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damare Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luís Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

S/Partido - 1

Daniella Ribeiro.	PB
-------------------	----

Bloco Parlamentar Democracia.	25
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	15
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	10
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (S/Partido-PB)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Dra. Eudócia* (PL-AL)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (S/Partido-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<div><div>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 25</div><div>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,10,43,44,50,64,76)</div><div>.....</div><div>Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (60)</div><div>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (85) Confúcio Moura (15,86) Giordano (87)</div><div>Líder do UNIÃO - 7 Efraim Filho (4,10,43,44,50,64,76)</div><div>Líder do PODEMOS - 4 Carlos Viana (58)</div><div>Vice-Líder do PODEMOS Marcos do Val (30)</div><div>Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,62)</div><div>Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,84)</div></div>	<div><div>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 18</div><div>Líder Eliziane Gama - PSD (11,46,55)</div><div>.....</div><div>Líder do PSD - 14 Omar Aziz (13,54)</div><div>Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (68)</div><div>Líder do PSB - 4 Cid Gomes (74)</div><div>Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,75)</div></div>	<div><div>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 15</div><div>Líder Wellington Fagundes - PL (24,38,70)</div><div>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (78)</div><div>.....</div><div>Líder do PL - 14 Carlos Portinho (69)</div><div>Vice-Líderes do PL Jorge Seif (81) Izalci Lucas (82) Jaime Bagattoli (83)</div><div>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,39)</div></div>
<div><div>Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12</div><div>Líder Weverton - PDT (20,63,73)</div><div>.....</div><div>Líder do PT - 9 Rogério Carvalho (61)</div><div>Vice-Líder do PT Teresa Leitão (36,65)</div><div>Líder do PDT - 3 Weverton (20,63,73)</div></div>	<div><div>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</div><div>Líder Dr. Hiran - PP (72)</div><div>.....</div><div>Líder do PP - 6 Tereza Cristina (7)</div><div>Vice-Líder do PP Esperidião Amin (88)</div><div>Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (6,59)</div></div>	<div><div>Maioria</div><div>Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (77)</div></div>
<div><div>Minoria</div><div>Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)</div></div>	<div><div>Bancada Feminina</div><div>Líder Leila Barros - PDT (35,80)</div><div>Vice-Líderes Teresa Leitão (36,65) Soraya Thronicke (37)</div></div>	<div><div>Governo</div><div>Líder Jaques Wagner - PT (2)</div><div>Vice-Líderes Otto Alencar (3,47,52,53) Confúcio Moura (15,86) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,75) Professora Dorinha Seabra (18,42) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,63,73) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,48,49,66,67,79) Leila Barros (35,80)</div></div>
<div><div>Oposição</div><div>Líder Rogerio Marinho - PL (51,71)</div></div>		

- Notas:
- Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
 - Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
 - Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
 - Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Leila Barros foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
38. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
39. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
42. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
45. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
46. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
47. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
48. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
49. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
50. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
51. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
54. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
55. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
56. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
57. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
58. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
59. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL).
60. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
61. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
63. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
64. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
65. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
68. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



69. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
70. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
71. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
72. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
73. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
74. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
77. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
78. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
81. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
84. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
85. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
88. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

Prazo final: 01/07/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,3)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).
3. Em 14.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Nelsinho Trad membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão (Of. nº 34/2024-BLRESDM).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO
AOS 200 ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Finalidade: planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾

Instalação: 12/12/2023

Prazo final: 05/03/2025

Prazo final prorrogado: 17/07/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(4,5,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾	4.
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,3,7,8)	5.

Notas:

1. Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.
2. Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CTI200CONFEQ).
3. Em 21.06.2024, a Presidência designa o Senador André Amaral membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão.
4. Em 19.06.2024, a Presidência designa a Senadora Janaína Farias membro suplente para compor a comissão.
5. Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
6. Em 20.08.2024, a Presidência designa a Senadora Augusta Brito membro suplente para compor a comissão.
7. Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
8. Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretário-Adjunto: Breno de Lima Andrade

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cti200confeq@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A
SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA**

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025

MEMBROS



5) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

Leitura: 22/04/2025

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾

Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾

Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾

Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾

Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾

Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾

Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).

2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DAS BETS

Finalidade: investigar, no prazo de cento e trinta dias, com limite de despesas de cento e dez mil reais, a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

Requerimento nº 680, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹³⁾

Leitura: 08/10/2024

Instalação: 12/11/2024

Prazo final: 30/04/2025

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁶⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(2,8,11)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽⁵⁾
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁵⁾	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Independência	
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁷⁾

- Notas:**
- Em 24.10.2024, os Senadores Marcos Rogerio e Eduardo Gomes foram designados membros titulares e o Senador Izalci Lucas, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 25/2024-GLPL).
 - Em 24.10.2024, os Senadores Omar Aziz e Angelo Coronel foram designados membros titulares, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2024-GLPSD).
 - Em 24.10.2024, a Senadora Soraya Tronicke foi designada membro titular, pela liderança do Podemos, para compor a comissão (Of. nº 106/2024-GLPODEMOS).
 - Em 24.10.2024, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pela liderança do PT, para compor a comissão (Of. nº 38/2024-GLDPT).
 - Em 24.10.2024, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e o Senador Fernando Faria, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 32/2034-GLMDB).
 - Em 24.10.2024, a Senadora Elíziane Gama foi designada membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2024-GLPSD).
 - Em 24.10.2024, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente, pela liderança do PP, para compor a comissão (Of. nº 35/2024).
 - Em 24.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que deixa de compor a comissão, pela liderança do PSD (Of. nº 15/2024-GLPSD).
 - Em 30.10.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pela liderança do PT, para compor a comissão (Of. nº 39/2024-GLDPT).
 - Em 12.11.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, e a Senadora Professora Dorinha Seabra, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2024 - GLUNIAO).
 - Em 12.11.2024, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pela liderança do PSD (Of. nº 17/2024-GLDPSD).



12. Em 12.11.2024, a comissão reunida elegeu os Senadores Dr. Hiran e Alessandro Vieira, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2024-CPIBETS).

13. Em 12.11.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada Relatora deste colegiado (Of. nº 01/2024-CPIBETS).

14. Em 18.11.2024, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pela liderança do Podemos, para compor a comissão (Of. nº 108/2024 - GLPODEMOS).

Secretário(a): Reinilson Prado | Adjunto: Breno Andrade | Equipe: Victor Comeira e Gilvan de Almeida

Telefone(s): 6133034854

E-mail: cpibets@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(7,10)	7. Senador Giordano (MDB-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (S/Partido-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁹⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(5,11)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,12)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Moraes e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLD/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLD/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (S/Partido-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).

12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).

13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).

14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).

15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).

16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLI/BLALIAN).

17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).

18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLI/BLALIAN).

19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,12)	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,12)	6. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(3,11,12)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,12)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(10,12)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(10,12)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁵⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3ª titular e 3ª suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLI/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. VAGO ^(3,10)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (S/Partido-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,13)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,15)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).

8. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).

9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLI/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,10)	4.
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(9,10)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2.
	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2.
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

- Notas:**
- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
 - Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
 - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
 - Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
 - Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
 - Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
 - Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
 - Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
 - Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
VAGO ^(3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3.
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).

8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

10. Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).

11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG).
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 2, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (S/Partido-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	4.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).

12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,11)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (S/Partido-PB) ⁽⁴⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.

8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).



9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLI/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,9,11)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁹⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁵⁾	2.
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁵⁾	3.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,10)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁷⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).

3. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).

4. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).

7. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

9. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).

10. Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).

11. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).



Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,15)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
VAGO ^(6,14)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

10. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

11. Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).

12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).



13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT).
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG).
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
VAGO ^(2,10,11)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1.
Senadora Daniella Ribeiro (S/Partido-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(4,13)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

2. Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).

7. Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).

8. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).

11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).

12. Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).

13. Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLI/BLALIAN).



Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)	1.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:
1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁶⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,17)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heize e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).

10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).

12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).

14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).

15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).

16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).

17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Instalação: 13/03/2024

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2024 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ⁽¹²⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
10. Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).



12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025).
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT).
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG).
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1)	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1)
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)
Senadora Daniella Ribeiro (S/Partido-PB) (4)	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa
Telefone(s): 6133032230
E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹²⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾	1.

- Notas:**
- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
 - Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
 - Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
 - Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
 - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
 - Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
 - Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
 - Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of.nº 008/2025-BLDEM).
 - Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
 - Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of.nº 33/2025-GLPDT).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos
Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -
Telefone(s): 3303-2540
E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Democracia			
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)		1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)		2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)		3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)		4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)		5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)	
Senador Weverton (PDT-MA)		6. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)			
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM)		2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)		3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)		4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)		5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)	
Bloco Parlamentar Vanguarda			
Senador Magno Malta (PL-ES)		1.	
Senador Jorge Seif (PL-SC)		2.	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
Senador Dr. Hiran (PP-RR)		1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)		2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)			

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPGF
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPG
Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-5713
E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)***1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**Atualização:** 11/11/2015**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)
COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NAOT
Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023**Notas:**

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE:



19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



29) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



31) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)



32) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Número de membros: 0 titulares

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

